



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
11 a 14/06/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Lojistas estão otimistas para vendas do Dia dos Namorados em Natal – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 11/06/2021
3. Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bi na pandemia e corta 474 mil empregos formais – ISTO É – São Paulo – 11/06/2021
4. Prejuízos do turismo na pandemia chegam a R\$ 355,2 bilhões no Brasil – GUSTAVO NEGREIROS – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
5. Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bilhões na pandemia e corta 474 mil empregos formais – ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
6. Fecomercio: Senac RN discute parceria com prefeituras de Guamaré e Macau – VERSÁTIL NEWS – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
7. Deputado pede definição sobre CPIs na próxima semana – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
8. Arrecadação do RN fecha em R\$556 milhões em maio – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
9. Faturamento do varejo cresce 35,4% – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
10. Coluna Negócio & Finanças – Lazer com Responsabilidade – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
11. Turismo soma prejuízo de R\$ 355 bi na pandemia – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 12/06/2021

12. Projeto fortalece turismo entre Natal e Fortaleza – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 12/06/2021
13. Coluna Rosalie Arruda – Galeria Sesc – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande do Norte – 13/06/2021
14. Voto virtual da Câmara pode ser fraudado, e Casa estuda eliminar brechas - FOLHA - 14/06/21
15. Governo não paga auxílio a mais de 400 mil na fila do Bolsa Família - FOLHA - 14/06/21
16. Pequenas empresas fecham as portas sem acesso a crédito - FOLHA - 14/06/21
17. Compra em rede social eleva concorrência para shoppings - FOLHA - 14/06/21
18. Livrarias investem em influenciadores e cursos online para brigar com gigantes - FOLHA - 14/06/21
19. Marcas apostam em embalagens que se decompõem rápido - FOLHA - 14/06/21
20. Federações viram boia de salvação para 'nanicos' - ESTADÃO - 14/06/21
21. STF mantém quebras de sigilo da CPI da Covid - ESTADÃO - 14/06/21
22. Imposto para múltiplos pode trazer R\$ 5,6 bi ao Brasil - ESTADÃO - 14/06/21
23. Uma renda fixa turbinada para a sua carteira - ESTADÃO - 14/06/21
24. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Como se não bastasse o prejuízo causado pela pandemia do coronavírus, os shopping centers andam sofrendo uma forte concorrência do comércio eletrônico. E as redes sociais têm facilitado esta migração do físico para o virtual. Dados da consultoria Ebit/Nielsen apontam que em 2020 o comércio eletrônico faturou R\$ 87,4 bilhões, uma alta de 41% sobre 2019. Só no primeiro trimestre de 2021, o faturamento cresceu 38,2% em relação ao mesmo período de 2020, para R\$ 22,6 bilhões. Nesta comparação trimestral o número de pedidos avançou 19,4%, para R\$ 46,3 milhões, enquanto o tíquete-médio subiu 15,8%, para R\$ 488. Sites de busca, como o Google, e redes sociais são o principal caminho para iniciar as compras.

Por outro lado, entre maio de 2020 e abril de 2021, os shoppings centers amargaram uma queda de 43,3% nas visitas e 21,3% nas vendas, segundo pesquisa IPV (Índice de Performance do Varejo), da FX Data Intelligence. A voltinha no shopping, diz reportagem da FOLHA desta segunda-feira (14/06), foi substituída pelo 'rolê' no feed do Instagram. De acordo com levantamento do jornal, em 2020, as 500 milhões de visitas mensais caíram para menos da metade e 12% dos lojistas (13 mil pontos de venda) fecharam as portas, em todo o Brasil.

E na tentativa de acompanhar a evolução tecnológica, as lojas e marcas têm investido cada vez mais numa estratégia de marca que oferece várias opções de compra ao consumidor, chamada de omnichannel ou omnicanal. Nela, o comprador pode ter acesso ao produto pela TV, no whatsapp, nas redes sociais, através do aplicativo ou site da empresa, no marketplace ou até mesmo num quiosque dentro de outro varejista. As opções são muitas.

Mas, aí gerou um novo problema para os shoppings. Como cobrar comissão pelas vendas, já que o modelo de contrato é baseado no mundo analógico, em vendas nas lojas físicas? De acordo com especialistas, isso não é um problema apenas dos shoppings com seus locatários, mas do varejo como um todo, que precisa identificar a qual canal atribui a venda. O tema ainda deve gerar muitas discussões, mas o presidente da Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce), Glauco Humai, lembra: "Se a mercadoria sai da loja, é uma venda do shopping".

Na pegada da internet, as livrarias também tentam se reinventar, apostando cada vez mais no mundo virtual. Para sobreviver, as pequenas lojas tiveram que correr para digitalizar acervos e descobrir como humanizar o ambiente virtual. O investimento em influenciadores digitais e cursos online tem sido uma saída para brigar com as gigantes do mercado. Noite de autógrafos à distância e especialização em nichos, também, tem sido estratégias adotadas.

Protagonistas dessa revolução digital e comercial as 'big techs' (grandes empresas de tecnologia, como Facebook, Google e Amazon) devem entrar no acordo que está sendo alinhado pelo G7 (sete países mais ricos do mundo) para tributação das multinacionais. A investida vai ampliar a arrecadação ao redor do mundo. A ideia é tentar evitar, por exemplo, perdas de nações com a migração de empresas para paraísos fiscais. A medida pode beneficiar o Brasil em até R\$ 5,6 bilhões. O cálculo foi divulgado em simulações feitas por pesquisadores do Observatório da Tributação da União Europeia, um laboratório de investigação independente na área tributária com sede na Escola de Economia de Paris.

Lojistas estão otimistas para vendas do Dia dos Namorados em Natal – AGORA RN – Rio Grande do Norte – 11/06/2021

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/lojistas-estao-otimistas-para-vendas-do-dia-dos-namorados-em-natal/
------	---

Lojistas estão otimistas para vendas do Dia dos Namorados em Natal

Pesquisa mostra que 45,7% dos natalenses devem ir às compras; ticket médio aponta gastos de R\$122,45 por pessoa e maioria prefere comprar em shopping. Após um ano de pandemia e tendo que se reinventar para conseguir bons números em datas significativas para as vendas, os varejistas potiguares estão otimistas com o Dia dos Namorados deste ano. Uma pesquisa do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DEES) da Fecomércio RN aponta que 45,7% dos natalenses devem ir às compras agora em 12 de junho, contra 33,4% registrados no ano passado.

Outro dado promissor para o setor é o ticket médio, que aumentou 12,2% em relação a 2020: neste ano, os namorados pretendem gastar R\$ 122,45, contra R\$ 109,16 do ano anterior. O levantamento aponta ainda que 69,7% dos consumidores planejam gastar entre R\$ 51 e R\$ 200. Ainda de acordo com a pesquisa, 39,4% afirmam que vão comprar nas lojas de shopping, 31% no comércio de rua e 21,9%, pela internet.

Ou seja: a possibilidade de o cliente ir até a loja para escolher com cuidado o presente para quem ama é algo que pesa muito na hora de fechar a venda. É nisso que os lojistas do Natal Shopping apostam. E, para incrementar ainda mais essa aproximação, o empreendimento está promovendo live commerce especial com dicas de presentes para a data. “Essa é uma das estratégias que adotamos para auxiliar o cliente na escolha e também incrementar as vendas das nossas operações nesta que é a terceira data mais importante para o varejo”, pontua Felipe Furtado, superintendente do Natal Shopping.

“Nos surpreendemos com a procura dos clientes pelas lojas físicas, vocalizando a necessidade do contato com o produto e conexão com as pessoas. Mesmo com a possibilidade de receber o produto em casa ao comprar on-line, muitos preferem escolher pessoalmente o presente que vão dar”, atesta Monique Perazzo, gerente da Miranda Computação do Natal Shopping. Ela adianta que está alta a procura por smartphones, caixas de som e eletrônicos para presentear.

Em outro segmento, o de lingerie, as expectativas não são diferentes. “É o primeiro Dia dos Namorados da Intimissimi em Natal, e estamos com a coleção nova de inverno, o que soma às vendas dessa data que é importante para nós. É um produto certo para presentear e também para quem quer comprar pra si mesma, então com o shopping aberto, ornamentado e com promoções, isso atrai o público, incentiva a compra”, conta Amanda Cortez, proprietária da Intimissimi, marca exclusiva do Natal Shopping.

De acordo com a pesquisa da Fecomércio, roupas (33,4%) e cosméticos (21,9%) devem ser os itens mais procurados e boas promoções devem fazer a diferença na hora da decisão da compra para 50,7% dos consumidores.

Conectados pelo Amor

Para esquentar as vendas, o Natal Shopping lançou a campanha “Conectados pelo Amor”. A cada R\$300, o cliente pode trocar suas notas no lounge montado em frente à Rio Center por um número da sorte. Então, basta fazer o cadastro pelo aplicativo do mall e concorrer ao sorteio de dois iPhones 12 Pro 128g e de dois Apple Watch Series 6. Um único ganhador levará o prêmio.

Além disso, desde agosto de 2020, o shopping mantém a certificação Clean & Safe do selo Safeguard. O selo internacional atesta que o empreendimento segue todos os protocolos, requisitos legais e boas práticas para prevenção e controle da propagação da Covid-19, garantindo a segurança de clientes e colaboradores.

Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bi na pandemia e corta 474 mil empregos formais – ISTO É –

São Paulo – 11/06/2021

Link	https://istoe.com.br/turismo-tem-prejuizo-de-r-3552-bi-na-pandemia-e-corta-474-mil-empregos-formais/
------	---

Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bi na pandemia e corta 474 mil empregos formais

As atividades turísticas já somam prejuízo de R\$ 355,2 bilhões desde o agravamento da pandemia de covid-19 no País, em março de 2020. Desde o início da crise sanitária, o turismo brasileiro já eliminou 474,1 mil postos de trabalho formais.

O setor chegou a maio deste ano operando com aproximadamente 48% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“O recrudescimento da pandemia tem se mostrado bem mais complexo para o turismo do que para outras atividades”, ressaltou o economista Fabio Bentes, responsável pelo estudo da CNC.

Mais da metade (52%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos Estados de São Paulo (R\$ 142,6 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 43,4 bilhões).

A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março de 2020 até o fim de maio, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

Os dados sobre emprego consideram estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia.

Bentes aponta que o setor de serviços como um todo tem reagido com lentidão à crise sanitária, em meio a um cenário ainda incerto sobre o avanço no ritmo de vacinação da população nos próximos meses, o que deve fazer com que compense apenas parcialmente em 2021, com alta de 4,6%, a queda recorde de 7,8% no volume de receitas observado em 2020.

Ele acrescenta que o segmento de serviços turísticos tem como obstáculos adicionais as restrições à circulação de turistas nacionais e, principalmente, estrangeiros no Brasil, o que deve melhorar somente no segundo semestre de 2021.

O agregado especial de atividades turísticas recuou 0,6% em abril ante março, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo IBGE. O resultado sucede uma forte retração de 23,1% registrada no mês anterior. O segmento ainda precisa crescer 81,9% para retornar ao patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia.

“Acredito que a volta ao patamar pré-pandemia só ocorrerá na segunda metade de 2022. No ano passado, houve uma perda de 36,6% no volume de receitas e, para este ano, estamos projetando avanço de 16,7%. Essa previsão não contempla reversões significativas no quadro da pandemia nem interrupções prolongadas na vacinação. Caso isso ocorra, a recuperação tende a ser muito mais lenta”, disse Fabio Bentes.

Prejuízos do turismo na pandemia chegam a R\$ 355,2 bilhões no Brasil – GUSTAVO NEGREIROS

– Rio Grande do Norte – 12/06/2021

Link	https://gustavonegreiros.com.br/2021/06/12/prejuizos-do-turismo-na-pandemia-chegam-a-r-3552-bilhoes-no-brasil
------	---

Prejuízos do turismo na pandemia chegam a R\$ 355,2 bilhões no Brasil

Que o turismo é um dos setores mais impactados na economia do Brasil, isso é fato. Mas um dado revelado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é ainda mais preocupante: As atividades turísticas já somam prejuízo de R\$ 355,2 bilhões desde o agravamento da pandemia de covid-19 no País, em março de 2020.

Para piorar, desde o início da pandemia, o setor já eliminou 474,1 mil postos de trabalho formais e chegou ao mês passado com aproximadamente 48% da sua capacidade mensal de geração de receitas.

Aqui pelo RN, a coisa é ainda mais grave porque a governadora Fátima parece que não entendeu a importância que o turismo tem para a economia estadual e continua com o seu “pacto pela vida”.

É necessário que se tenham ações concretas e efetivas como forma de ajudar e apoiar a recuperação do turismo em todo o RN.

Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bilhões na pandemia e corta 474 mil empregos formais –

ROBSON PIRES – Rio Grande do Norte – 12/06/2021

Link	https://robsonpiresxerife.com/turismo-tem-prejuizo-de-r-3552-bilhoes-na-pandemia-e-corta-474-mil-empregos-formais/
------	---

Turismo tem prejuízo de R\$ 355,2 bilhões na pandemia e corta 474 mil empregos formais

As atividades turísticas já somam prejuízo de R\$ 355,2 bilhões desde o agravamento da pandemia de covid-19 no País, em março de 2020. Desde o início da crise sanitária, o turismo brasileiro já eliminou 474,1 mil postos de trabalho formais. O setor chegou a maio deste ano operando com aproximadamente 48% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

“O recrudescimento da pandemia tem se mostrado bem mais complexo para o turismo do que para outras atividades”, ressaltou o economista Fabio Bentes, responsável pelo estudo da CNC.

Mais da metade (52%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos Estados de São Paulo (R\$ 142,6 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 43,4 bilhões).

A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março de 2020 até o fim de maio, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

Os dados sobre emprego consideram estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia.

Bentes aponta que o setor de serviços como um todo tem reagido com lentidão à crise sanitária, em meio a um cenário ainda incerto sobre o avanço no ritmo de vacinação da população nos próximos meses, o que deve fazer com que compense apenas parcialmente em 2021, com alta de 4,6%, a queda recorde de 7,8% no volume de receitas observado em 2020.

Ele acrescenta que o segmento de serviços turísticos tem como obstáculos adicionais as restrições à circulação de turistas nacionais e, principalmente, estrangeiros no Brasil, o que deve melhorar somente no segundo semestre de 2021.

O agregado especial de atividades turísticas recuou 0,6% em abril ante março, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo IBGE. O resultado sucede uma forte retração de 23,1% registrada no mês anterior. O segmento ainda precisa crescer 81,9% para retornar ao patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia.

A CNC diminuiu mais uma vez sua projeção para o crescimento do volume de receitas do turismo em 2021, de uma alta de 18,2% para um avanço de 16,7%, após o tombo de 36,6% do ano passado.

“Acredito que a volta ao patamar pré-pandemia só ocorrerá na segunda metade de 2022. No ano passado, houve uma perda de 36,6% no volume de receitas e, para este ano, estamos projetando avanço de 16,7%. Essa previsão não contempla reversões significativas no quadro da pandemia nem interrupções prolongadas na vacinação. Caso isso ocorra, a recuperação tende a ser muito mais lenta”, disse Fabio Bentes.

Link	https://www.versatilnews.com.br/2021/06/fecomercio-senac-rn-discute-parceria-com-prefeituras-de-guamare-e-macau/
------	---

Fecomercio: Senac RN discute parceria com prefeituras de Guimarães e Macau

O gestor regional do Senac RN, Benjamin Garcia, cumpriu agenda durante esta semana em municípios da região Oeste do estado. Entre os compromissos, o gestor, se reuniu com representantes das prefeituras de Guimarães e Macau, a fim de discutir parcerias para promover o desenvolvimento econômico do município através da qualificação profissional da população.

Em Guimarães, os secretários municipais Mohana Freitas (Turismo), David Paulino (Planejamento e Desenvolvimento) e Jefferson Soares (Indústria, Comércio, Serviços, Energias e Projetos Especiais), receberam a equipe do Senac para apresentação do programa DEL Turismo, uma metodologia inspirada no modelo alemão para gestão do desenvolvimento local, que foi implantada no Rio Grande do Norte por meio de uma parceria entre a Fecomércio RN, FASISC-SC, Federasul-RS, Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento da Alemanha e as entidades empresariais alemães BFZ, BBW e SEQUA.

Com adaptações focadas no fortalecimento do turismo local, a iniciativa oferece um intercâmbio de conhecimentos entre os municípios do RN e a Alemanha, além de promover treinamentos focados no desenvolvimento de ações voltadas à sustentabilidade e governança municipal de cada destino turístico.

O programa também foi apresentado ao secretário de governo do município de Macau, Rodrigo Matheus, que no momento responde interinamente pela secretaria de turismo local. Na ocasião, o secretário conferiu detalhes da metodologia e também pode conhecer o atendimento corporativo do Senac, apresentado pelo consultor comercial Sávio Saraiva.

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/deputado-pede-definia-a-o-sobre-cpis-na-pra-xima-semana/512859
------	---

Deputado pede definição sobre CPIs na próxima semana

« LEGISLATIVO » Parlamentar afirma que não há motivos para adiar a decisão sobre o funcionamento das Comissões de Inquérito

Um dos dez signatários do requerimento encaminhado à mesa diretora da Assembleia Legislativa para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar 12 contratos de bens e serviços durante a pandemia de coronavírus, o deputado estadual Kelps Lima (Solidariedade) cobra uma decisão da mesa diretora a respeito do andamento de CPIs na Casa. “A posição do Solidariedade é de que não tem justificativa para, na próxima semana, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa não se manifestar sobre as duas CPIs, Covid-19 e Arena das Dunas”, disse.

O deputado Kelps Lima disse que “já houve mais do que prazo para uma definição. Vamos aguardar no máximo até quinta-feira”.

A documentação apresentada à presidência da Assembleia na última semana de maio aponta, acrescentou o parlamentar, a necessidade de se investigar a contratação de R\$ 72,23 milhões, sendo R\$ 32,11 milhões sobre a abertura do hospital de campanha no Arena das Dunas, o que acabou não ocorrendo.



FOTOS:ARQUIVO

Kelps Lima diz que já houve período razoável para haver a análise sobre as CPIs



Por enquanto, a documentação de sete volumes sobre a CPI da Covid-19 aguarda parecer do procurador geral da Assembleia, Sérgio Freire, para então ser encaminhado às mãos do presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB) tomar decisão, inclusive convocação de reunião de líderes de bancadas para definição do número de membros da CPI, que normalmente são cinco, e suas indicações.

Líder do governo na Assembleia, o deputado Francisco do PT afirma desconhecer termos para a abertura da CPI da Covid-19, "porque a bancada do governo está muito convicta de que o requerimento está eivado de erros do ponto de vista dos requisitos regimentais e legais para a abertura de uma CPI".

"Então, não estamos fazendo nenhum debate sobre composição ou indicação de membros para CPI, porque tem um requerimento que apresentamos ao presidente (Ezequiel Ferreira) e que foi enviado para a Procuradoria jurídica da Assembleia fazer a avaliação dela", continuou o líder governista.

Francisco do PT declarou, ainda, que "esse requerimento de CPI, como foi apresentado,



Francisco do PT afirma que o pedido de CPI da Covid, como apresentado, não deve ser aceito

A posição do Solidariedade é de que não tem justificativa para não se manifestar sobre as duas CPIs"
KELPS LIMA

"Esse requerimento de CPI, como foi apresentado, não pode prosperar. Essa é a opinião nossa, da bancada do governo."

FRANCISCO DO PT

não pode prosperar, essa é a opinião nossa, da bancada do governo, em razão de um conjunto de inconsistências e erros do ponto de vista regimentais", razão pela qual o deputado petista defende que "enseja duas providências por parte da presidência da Assembleia, ouvindo é claro, a Procuradoria, o arquivamento ou a devolução aos propositores da CPI".

Presidente da CPI do Arena das Dunas que está com os trabalhos suspensos desde meados do ano passado por causa da pandemia do coronavírus, o deputado Coronel Azevedo (PSC) também assinou o pedido para criação da CPI da Covid-19 e embora a Justiça já tenha decidido por não permitir o andamento dos trabalhos

de CPIs no período de pandemia, continua defendendo que os trabalhos podem ser desenvolvidos no regime híbrido, como já ocorre com as sessões plenárias da Casa.

O Coronel Azevedo lembra que em plenário, deputados da bancada oposição se posicionaram sobre o andamento dos trabalhos só de forma presencial, mas desde a criação da CPI do Arena das Dunas já achava que os deputados podiam ir trabalhando com a apuração e coleta de documentos, sem haver necessariamente a participação de pessoas que seriam convocadas para depor ou prestar informações. "Mesmo que não se possa iniciar com os depoimentos, a gente pode pedir documentos", resumiu.

Regime de trabalho remoto está prorrogado

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), assinou ato de nº 1.954/2021 da mesa diretora prorrogando até 30 de junho o regime de trabalho remoto e de sessões híbridas por conta do avanço da pandemia de coronavírus, que inclusive internamente na Casa, onde 49 servidores "foram contactantes de casos confirmados" nos últimos 30 dias, dos quais 23 servidores foram acompanhados como casos suspeitos e 22 diagnosticados com a doença.

A mesa diretora da Assembleia levou em conta relatório interno dos médicos Thales Fernandes Lopes e Almira de Araújo Dantas, considerando o contexto da pandemia no dia 07, quando já havia 275.370 casos no Estado, com 6.295 óbitos e alta ocupação de leitos críticos (88%), sendo que 7% estavam bloquea-

dos por diversos motivos, dentre eles por falta de insumos.

Por conta disso, as sessões ordinárias e reuniões das Comissões permanecerão na forma híbrida nos dias regimentalmente previstos, enquanto as Audiências Públicas poderão ser realizadas na forma remota. Os gabinetes dos deputados permanecerão fechados para atendimento ao público.

No relatório consta que a Casa também não conta com "número suficientes para o acompanhamento dos casos confirmados, suspeitos e contactantes".

Daí recomendação dos dois médicos vinculados à Divisão de Programas Complementares de Saúde e Bem Estar da Assembleia, a progressão do plano de retomada para até 20% dos servidores de forma presencial e manter em regime de escala escala adaptada às necessidades de cada setor.

O relatório ainda recomendou a manutenção do fechamento de gabinetes e sessões remotas, restrição a visitantes e novas diretrizes que nortearão o rastreamento e acompanhamento de casos suspeitos e confirmados e o retorno de vacinados. Não se aplica as medidas em casos que a atividade presencial seja imprescindível, a exemplo dos serviços do protocolo, segurança patrimonial, manutenção predial, entre outros.

Segundo o ato assinado pelo deputado Ezequiel Ferreira, publicado ontem no Diário Oficial da Assembleia, os setores em que ainda tramitem processos por meio físico, assim como cada unidade administrativa onde existir uma maior necessidade de servidores presenciais, deverá manter um percentual de 20% de servidores em trabalho presencial no curso do expediente extraordinário do Poder Legislati-

vo, das 8 às 14 horas, das terças-feiras às quintas-feiras, podendo dar preferência na convocação dos servidores com esquema vacinal completo.

Em casos excepcionais, existindo necessidade do setor, poderá ser ultrapassado o percentual fixado de 20%, desde que mantenha rodízios de horários entre os servidores das 8 às 14 horas e das 14 às 18 horas.

Em situações excepcionais, a a entrada dos demais servidores e colaboradores, somente será permitida mediante a autorização da Presidência, Diretores ou chefes das respectivas unidades da Assembleia Legislativa.

O atendimento presencial ao público externo continua temporariamente suspenso, devendo ser prestado por meio eletrônico ou telefônico, que estão informados no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa.

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/arrecadaa-a-o-do-rn-fecha-em-r-556-milha-es-em-maio/512840>

Arrecadação do RN fecha em R\$ 556 milhões em maio

«EM ALTA» O Estado fechou maio com crescimento de 32% no recolhimento de impostos ante maio/2020. O resultado foi o melhor para o mês desde 1998

A arrecadação de impostos no Rio Grande do Norte fechou o mês de maio com R\$ 556 milhões em recolhimento de tributos, um novo recorde. O resultado é 32% maior que o recolhido em maio do ano passado, quando foram arrecadados R\$ 419,8 milhões. Maio também registrou o melhor resultado para o mês na série histórica, que começou em 1998. O boletim revela também que, no quinto mês do ano, as empresas potiguares de todos os segmentos realizaram 956 mil transações de vendas por dia.

As informações são do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão ligado ao Ministério da Economia, e também foram divulgadas nesta sexta-feira (11) no Boletim de Atividades Econômicas, da Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A arrecadação estadual vem registrando resultados

acima de R\$ 500 milhões desde setembro do ano passado. O maior pico foi no mês de dezembro de 2020 com o recolhimento de R\$ 660 milhões em impostos. Nos primeiros cinco meses do ano, a arrecadação soma R\$ 2,791 bilhões. No mesmo período de 2020, a arrecadação totalizou R\$ 2,368 bilhões.

Este ano, a arrecadação do Estado fechou Janeiro com R\$ 556,9 milhões; fevereiro, R\$ 583,3 milhões; março, R\$ 541,2 milhões; e abril com R\$ 553,3 milhões. Em abril, a arrecadação de tributos no RN registrou o melhor 1º quadrimestre da sua história, somando R\$ 2,235 bilhões. No primeiro quadrimestre de 2020, o total arrecadado foi de R\$ 1,948 bilhão. No comparativo entre os anos, o crescimento foi de 14,73%.

Na série histórica, outro dado que chama a atenção é que em 2021 os valores arrecadados su-

peram inclusive os de 2019, quando a economia potiguar não sofria os efeitos econômicos da pandemia de covid. No detalhamento da arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o maior responsável pelo crescimento: em 2020, no mês de maio, foi arrecadado R\$ 374 milhões para esse tributo. Em 2021, o total foi de R\$ 503,9 milhões. Isso representa um crescimento de 33% no comparativo para os meses.

Nos cinco primeiros meses do ano, o crescimento na arrecadação do ICMS ficou em 17,61%. Em 2020, o total foi de R\$ 2,206 bilhões. Agora, o Estado alcançou a marca de R\$ 2,595 bilhões. Desse total, a maior parte vem exatamente do comércio varejista e atacadista, que respondem por 43,53% do arrecadado com esse tributo.

Evolução

Desde o início da série histó-

rica sobre tributos feita pelo Confaz e que teve início em 1998, a arrecadação no Estado evoluiu de R\$ 536,9 no primeiro ano para R\$ 6,253 bilhões, em 2020. O ano passado teve o melhor resultado da história no que diz respeito a arrecadação de tributos no RN, mesmo sendo um período marcado pelos efeitos econômicos negativos provocados pela pandemia de covid-19.

Desde 2018 o Rio Grande do Norte consegue fechar o ano acima da marca dos R\$ 6 bilhões. Em 2016 e 2017, a arrecadação fechou acima dos R\$ 5 bilhões. Já em 2013, 2014 e 2015, o valor ficou acima dos R\$ 4 bilhões. O gráfico que registra a evolução da arrecadação no Estado revela que desde 2011, a cada dois, três anos – na série histórica – o Rio Grande do Norte conseguiu atingir crescimento na casa de R\$ 1 bilhão para a arrecadação. O primeiro R\$ 1 bilhão foi alcançado em 2002.

12/06/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/faturamento-do-varejo-cresce-35-4-no-rn/512841
------	---

Faturamento do varejo cresce 35,4%

O comércio varejista do Rio Grande do Norte registrou um faturamento médio de R\$ 85,7 milhões por dia em maio. Esse volume foi o melhor entre os diversos segmentos contribuintes de ICMS da economia potiguar e representa um crescimento de 35,4% no comparativo com o mesmo mês do ano passado. Essa movimentação diária foi 5,8% maior que a verificada em abril deste ano, quando o varejo obteve um faturamento médio de aproximadamente R\$ 81 milhões por dia. Essa é uma das principais informações que revela a 19ª edição do Boletim de Atividades Econômicas da SET-RN.

A atividade vem apresentando desde janeiro um desempenho

relativamente estável nas vendas diárias com média que gira em patamares superiores a R\$ 80 milhões. De acordo com o levantamento, as empresas do atacado foram as que tiveram o segundo melhor faturamento diário no estado no mês passado. O volume médio chegou a R\$ 53,7 milhões, acima do que foi movimentado em abril, quando o setor vendeu em média R\$ 50,8 milhões por dia, e também superior ao montante vendido em maio de 2020, cuja média diária foi de R\$ 42,4 milhões.

O secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, chama atenção para o fato de que todos os setores analisados apresentam crescimento na comparação com

o mês anterior. “Isso vem numa sequência muito importante. O comércio varejista, por exemplo, teve um crescimento de seu volume de operações da ordem de 35%; o atacado cresceu 26%; a indústria da transformação, 70%. Isso mostra que está havendo um crescimento em todos os setores, mesmo aqueles mais atingidos, como o de bares e restaurantes que tem demonstrado uma recuperação e já atua num volume de operações similar ao de outubro do ano passado, e isso é muito importante para o Estado e reflete no aumento da arrecadação”, disse. Ele lembrou que maio de 2020 foi o pior mês da arrecadação, justamente pelas restrições impostas para se combater a pandemia.

NÚMEROS

RN é o 5º do Nordeste

O painel do Confaz ainda não consolidou todos os resultados de abril de 2021 para todos os estados. Confira abaixo os valores

Arrecadação no ano (em bilhões)

Bahia	R\$ 14,263
Pernambuco	R\$ 7,809*
Ceará	R\$ 6,841
Maranhão	R\$ 3,491*
RN	R\$ 2,791
Paraíba -	R\$ 2,558*
Piauí	R\$ 2,561
Alagoas	R\$ 1,933*
Sergipe	R\$ 1,857

*Arrecadação até o mês de abril

Resultados do RN

R\$ 2.791.159.481

Foi a arrecadação dos primeiros cinco meses

17,87%

Foi o crescimento com relação ao 1º quadrimestre de 2020

556.038.026,46

Foi a arrecadação do mês de maio

32%

Foi o crescimento na comparação com maio de 2020

Fonte: SET-RN/Confaz



Carlos Eduardo Xavier (SET) explica que todos os setores analisados apresentam crescimento

Coluna Negócio & Finanças – Lazer com Responsabilidade – TRIBUNA DO NORTE – Rio Grande
do Norte – 12/06/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/emprego-vai-melhorar/512842
------	---

MOSSORÓ O projeto "Lazer com Responsabilidade", da Fecomércio, Sebrae RN e entidades do turismo, chega a Mossoró neste fim de semana. Até amanhã, com o apoio de várias entidades do turismo, os consumidores, empreendedores e funcionários de bares e restaurantes serão orientados sobre os cuidados biossanitários nesses estabelecimentos. Será fixado um adesivo que comprova que o bar ou restaurante foi inserido na rota de conscientização e aprova o projeto.

– 12/06/2021

Link

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/turismo-soma-prejuizo-de-r-355-bilhoes-na-pandemia/512836>

Turismo soma prejuízo de R\$ 355 bi na pandemia

« **BRASIL** » Desde o início da crise sanitária, o turismo já eliminou 474,1 mil empregos formais. Setor opera com 48% da capacidade de geração de receita

Rio (AE) - As atividades turísticas já somam prejuízo de R\$ 355,2 bilhões desde o agravamento da pandemia de covid-19 no País, em março de 2020. Desde o início da crise sanitária, o turismo brasileiro já eliminou 474,1 mil postos de trabalho formais. O setor chegou a maio deste ano operando com aproximadamente 48% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

"O recrudescimento da pandemia tem se mostrado bem mais complexo para o turismo do que para outras atividades", ressaltou o economista Fábio Bentes, responsável pelo estudo da CNC. Mais da metade (52%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos Estados de São Paulo (R\$ 142,6 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 43,4 bilhões).

A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março de 2020 até o fim de maio, tendo como base informações das pesquisas conjuntas e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

Os dados sobre emprego consideram estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e



O setor têm como obstáculos adicionais as restrições à circulação de turistas nacionais e estrangeiros

Desempregados (Caged) do Ministério da Economia.

Bentes aponta que o setor de serviços como um todo tem reagido com lentidão à crise sanitária, em meio a um cenário ainda incerto sobre o avanço no ritmo de vacinação da população nos próximos meses, o que deve fazer com que compense apenas parcialmente em 2021, com alta de 4,6%, a queda recorde de 7,8% no volume de receitas observado em 2020.

Ele acrescenta que o segmento de serviços turísticos tem como obstáculos adicionais as restrições à circulação de turistas

nacionais e, principalmente, estrangeiros no Brasil, o que deve melhorar somente no segundo semestre de 2021.

O agregado especial de atividades turísticas recuou 0,6% em abril ante março, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgados pelo IBGE. O resultado sucede uma forte retração de 23,1% registrada no mês anterior. O segmento ainda precisa crescer 81,9% para retornar ao patamar de fevereiro de 2020, no pré-pandemia.

ACNC diminuiu mais uma vez sua projeção para o crescimento

do volume de receitas do turismo em 2021, de uma alta de 18,2% para um avanço de 16,7%, após o tombo de 36,6% do ano passado.

"Acredito que a volta ao patamar pré-pandemia só ocorrerá na segunda metade de 2022. No ano passado, houve uma perda de 36,6% no volume de receitas e, para este ano, estamos projetando avanço de 16,7%. Essa previsão não contempla reversões significativas no quadro da pandemia nem interrupções prolongadas na vacinação. Caso isso ocorra, a recuperação tende a ser muito mais lenta", disse Fábio Bentes.

12/06/2021

Link

<http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/2bc1c829463805bb9f175e45c0afbaf5.pdf>

Projeto fortalece turismo entre Natal e Fortaleza

O projeto de turismo conjunto entre as cidades Natal e Fortaleza será lançado na capital potiguar na próxima terça-feira, 15, no Palácio Felipe Camarão, às 10:30 horas, pelo prefeito Álvaro Dias e pelo secretário de turismo da capital cearense, Alexandre Pereira. Com o objetivo de fortalecer o turismo local, principalmente neste momento de pandemia, o projeto Rota do Sol inclui ainda as praias de Pipa e Canoa Quebrada no roteiro.

Concebido no final de 2019 para ser lançado no primeiro semestre de 2020, o projeto ficou parado devido à situação de insegurança sanitária

atual. Mas com todos os cuidados de biossegurança, será lançado neste mês de junho de 2021.

"Esse é um projeto inovador, pois é a primeira vez que duas capitais se unem para se promoverem juntas, ao invés de disputarem o mesmo turista", ressalta o secretário do turismo de Fortaleza, Alexandre Pereira. "No final de 2019, fui a Natal levar a ideia ao secretário Fernando, que não só acolheu, como se entusiasmou com o projeto. Também apresentei a ideia ao ministro do Turismo, Gilson Machado, que manifestou interesse em tornar uma política pública no país", acrescenta.



Projeto impulsionará a economia nesses municípios, onde o profissional de turismo está ávido por voltar a trabalhar como antes."

FERNANDO FERNANDES
SEC. DE TURISMO DE NATAL

Para o secretário municipal de turismo de Natal, Fernando Fernandes, o projeto também vai ajudar a impulsionar a economia que vem sofrendo grandes perdas neste período de pandemia. "Sabemos que o turismo foi o primeiro setor a sentir o impacto da pandemia. Essa ideia surgiu antes de tudo isso, mas hoje vemos que ganhou força, pois há uma demanda maior por viagens internas. Por outro lado, o projeto impulsionará a economia nesses municípios, onde o profissional de turismo está ávido por voltar a trabalhar como antes", conclui Fernando Fernandes.

Na prática, o projeto consiste em

um pacote de viagem incluindo Fortaleza e Natal e as duas praias já citadas. A ideia é que o turista inicie a viagem por uma das capitais e finalize pela outra. De acordo com Alexandre Pereira, o projeto foi inspirado nas experiências dos países europeus, onde é muito comum o turista chegar no continente por um país e sair de lá por outro.

O projeto também já conta com um roteiro detalhado, com sugestões de passeios bem diversificados, indo do turismo de aventura ao de contemplação, compras, ecologia e balada, entre outros. E prevê ainda a divulgação do produto em feiras, road trips e outros eventos.

13/06/2021

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/precata-rios-e-rpva-s/512909
------	---

Galeria Sesc

A Galeria Sesc de Exposições se prepara para iniciar a temporada 2021 com a exposição fotográfica denominada “Reolhar”, do artista Borges Potiguar, a partir do dia 15 de junho, em formato virtual e gratuito no canal do Sesc no You Tube.



Presidente da Casa, Arthur Lira comanda votação remota na Câmara Pablo Valadares-4.mai.21/Divulgação Câmara dos Deputados

Voto virtual da Câmara pode ser fraudado, e Casa estuda eliminar brechas

Reservadamente, deputados afirmam que assessores têm votado no lugar de parlamentares, o que é proibido e passível de cassação

Ranier Bragon
e Danielle Brant

BRASÍLIA Instituído em março de 2020 em razão da pandemia da Covid, o sistema de votação remota da Câmara dos Deputados é passível de ser fraudado. A possibilidade é reconhecida pela própria Casa, que afirma estudar formas de eliminar a brecha.

No próprio documento é registrado que "a disponibilização pelo parlamentar a terceiro de sua senha pessoal ou do dispositivo cadastrado para registrar seu voto importará em procedimento incompatível com o decoro parlamentar".

A Folha obteve print de uma conversa de um grupo de mais de cem deputados e as-

+
**COMO
ACONTECEM
AS VOTAÇÕES
NA CÂMARA**

**Como era
antes da
pandemia**
Votações
no plenário
da Câmara

sistema remoto funcionou no começo para impedir a paralisação do Congresso, mas que agora tem que ser aperfeiçoado.

"O deputado pode estar fazendo qualquer coisa, ele recebe um sininho [notificação] e vota. É um jeito de passar a boiada. Quando tem o [voto] presencial, o deputado tem que vir para o plenário para votar, tem que, de alguma

Nas últimas semanas, a **Folha** colheu relatos de parlamentares que, em caráter reservado, afirmam que os quóruns obtidos nas sessões virtuais têm ocorrido sem que haja efetiva participação, com boa parte dos votantes passando todo o tempo com o áudio e o vídeo de seus aparelhos celulares ou computadores desligados.

Além disso, alguns levantam a suspeita de que assessores estariam votando no lugar dos deputados, o que é proibido e configura quebra de decoro parlamentar, passível de cassação do mandato.

Antes da pandemia, as votações no plenário da Câmara ocorriam de forma exclusivamente presencial, com registro biométrico tanto da presença quanto do voto.

No plenário, há dispositivos nas mesas que ficam diante dos parlamentares. Para votar, o deputado primeiro tecla seu código pessoal. Depois coloca o dedo no leitor biométrico e, após a liberação, aperta um dos botões que ficam debaixo das mesas: sim, não ou abstenção.

Com a pandemia, a Câmara, sob a gestão de Rodrigo Maia (DEM-RJ), instituiu o Sistema de Deliberação Remota com o objetivo de evitar a aglomeração de parlamentares no plenário.

A resolução que implantou a medida estabeleceu que cada parlamentar cadastraria um aparelho de telefone celular e, por meio de login e senha no aplicativo Infoleg, poderia votar à distância, de qualquer lugar.

Além da votação remota, a resolução vetou a biometria, o que, na prática, abre brecha para que o parlamentar terceirize o exercício do voto, bastando apenas repassar o aparelho cadastrado, o login e senha.

"Nenhuma solução tecnológica utilizada pelo Sistema de Deliberação Remota implicará o trânsito de dados biométricos de parlamentares pela internet", diz a resolução, trecho que foi fruto de temor de deputados de que seus dados biométricos fossem capturados por hackers na internet.

sessores em que um parlamentar, cujo nome foi borrado pela pessoa que repassou o documento, afirma que assessor estaria votando no lugar de deputado.

A conversa trata da votação do projeto que flexibilizou as regras de licenciamento ambiental no país.

O "massacre" citado por um dos integrantes do grupo diz respeito ao placar da votação de um requerimento para que o texto não fosse votado: 300 votos contra, 15 a favor e 95 que escolheram obstrução (um meio de tentar derubar a sessão).

Em várias sessões que vão até tarde da noite ou entram na madrugada há agora registro de elevada presença dos parlamentares, o que nas reuniões presenciais só ocorria poucas vezes, em votações mais importantes.

A análise de uma medida provisória em 25 de maio é um exemplo: apesar do quorum de uma das votações totalizar 454 parlamentares, a sala virtual de discussão só tinha 44 participantes, sendo boa parte com o microfone e o vídeo do celular desligados. No plenário físico, havia cerca de 30 parlamentares.

Em quintas-feiras, a participação em sessões presenciais costuma ser baixa, já que nesses dias a maioria dos deputados já voltou ou está voltando para seus estados.

Após a instituição da votação remota, isso deixou de ser um problema. Em 20 de maio, a Câmara aprovou três medidas provisórias.

"Ontem a Câmara dos Deputados bateu o recorde de 26 votações! Numa quinta-feira, 504 presentes das nove da manhã até as oito da noite! Voto pelo celular, sem que ninguém veja os deputados! @ArthurLira_

passando a boiada!", escreveu o deputado Carlos Zaratini (PT-SP) em suas redes sociais no dia seguinte.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que é aliado do presidente Jair Bolsonaro, é o responsável pela pauta de votações

À **Folha** o petista disse que o

ocorriam de forma exclusivamente presencial, com registro biométrico tanto da presença quanto do voto

Como é agora

Cada parlamentar cadastrou um aparelho de telefone celular e, por meio de login e senha no aplicativo Infoleg, pode votar à distância

coisa, se informar das coisas. Agora, o cara aperta aquilo que a liderança marcar."

Vice-presidente da Câmara, o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), tem opinião similar: "Penso que o voto remoto é irreversível e que vamos qualificá-lo e dar mais segurança criando um mecanismo de confirmação pela digital, como temos no plenário."

Em nota, a Câmara afirmou que a área técnica "está analisando a adoção de biometria facial no processo de votação remota" e que o projeto ainda está em caráter inicial. "Trata-se de um investimento em segurança previsto no cronograma de evolução do aplicativo".

A Casa ressaltou ainda que a resolução que implantou a medida estabelece que a "senha do parlamentar e o dispositivo logado no sistema são de uso pessoal e intransferível" e que o "desrespeito a esta norma é considerado procedimento incompatível com o decoro parlamentar".

Nos anos 1980 e 1990, a Câmara assistiu a episódios do que ficou conhecido como o caso dos deputados pianistas, que de posse da senha de colegas ausentes votavam em nome deles.

Em 1988, no Congresso constituinte, o então senador Edison Lobão (PFL-MA) foi acusado, sem comprovação, de votar no lugar do deputado Sarney Filho (PFL-MA), que estava no Maranhão.

Em 1992, a Casa instalou TV para fiscalizar as votações, mas não adiantou. Em 1998 o deputado José Borba (PTB-PR) — que anos depois se envolveu também no escândalo do mensalão — foi flagrado votando em três ocasiões por Valdomiro Meger (PFL-PR) na emenda de reforma da Previdência.

Ainda naquele ano, a Câmara implantou o sistema de biometria para acabar com a fraude.

Apesar de terem sido abertos procedimentos para cassar o mandato dos acusados, a Câmara dos Deputados não puniu ninguém no escândalo dos pianistas.

Governo não paga auxílio a mais de 400 mil na fila do Bolsa Família

Famílias comprovaram situação de pobreza, mas não foram incluídas na nova rodada do programa

Thiago Resende

BRASÍLIA Mais de 400 mil cadastrados que estão na fila de espera do Bolsa Família ficaram sem o auxílio emergencial neste ano, apesar de o governo Jair Bolsonaro (sem partido) dizer que os recursos para o pagamento da assistência emergencial na pandemia estão sobrando.

Essas famílias apresentaram documentação ao Ministério da Cidadania no início do ano, quando a nova rodada do auxílio ainda não tinha sido lançada. A pasta analisou e confirmou que essas pessoas estão abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza, previstas no Bolsa Família.

Após esse aval, as famílias entram na fila de espera. Sem a ampliação do programa social, prometida desde o fim de 2019, quase 1,2 milhão de cadastros aguardavam em março para receber a transferência de renda.

A partir de abril, o governo passou a priorizar o auxílio emergencial, que tinha acabado de ser recriado. O auxílio é um programa temporário e com muito mais recursos que o Bolsa Família.

No entanto, números obtidos pela **Folha** mostram que, considerando a fila do Bolsa Família, 763 mil estão recebendo o auxílio emergencial. Isso significa que, apesar de já terem superado a burocracia da documentação para o Bolsa Família, 423,3 mil lares não receberam a renda do programa social em abril nem a assistência emergencial para enfrentar a pandemia.

O auxílio emergencial em 2021 foi desenhado para atender 45,6 milhões de famílias. A primeira parcela, em abril, foi paga a 39,1 milhões — menos do que o estimado.

Em relação a custos, o valor desembolsado foi de R\$ 8,9 bilhões, enquanto a verba disponível por mês era de R\$ 11 bilhões.

A partir desses dados, integrantes da equipe econômica argumentam que há uma quantidade excedente de dinheiro e querem usar essa verba para bancar parte da prorrogação do auxílio emergencial, inicialmente previsto para encerrar em julho.

A extensão do programa emergencial, porém, não prevê uma ampliação significativa das famílias atendidas.

Procurado, o Ministério da Cidadania não explicou o motivo de a fila do Bolsa Família não ter sido totalmente incluída no pagamento da nova rodada de auxílio emergencial.

A pasta afirmou em nota

que tem adotado medidas para alcançar a maior cobertura possível* de famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando uma renda mínima para essa parcela da população, ao mesmo tempo em que, com responsabilidade fiscal, respeita-se o limite orçamentário*.

A pasta afirmou que ainda "trabalha no processamento de cadastros a partir das informações mais recentes disponíveis nas bases de dados governamentais".

O limite orçamentário da nova rodada do auxílio emergencial é de R\$ 44 bilhões para as parcelas entre abril e julho. É desse valor que o Ministério da Economia tem apontado um excesso de recursos.

Especialistas, no entanto, dizem que há falhas na gestão da verba destinada ao auxílio emergencial.

"Essas famílias devem ser atendidas, porque estão empobrecidas. Inclusive com dificuldades claras em manter uma alimentação adequada. Deixar essas famílias sem atendimento por nenhum dos dois programas [auxílio e Bolsa Família] é um ato de desumanidade", diz a especialista em políticas públicas Leticia Bartholo.

Para entrar no Bolsa Família, é preciso estar no Cadastro Único (que reúne potencial público de programas sociais), ter atualizado os dados há menos de 24 meses, com informações consistentes e sem pendências cadastrais.

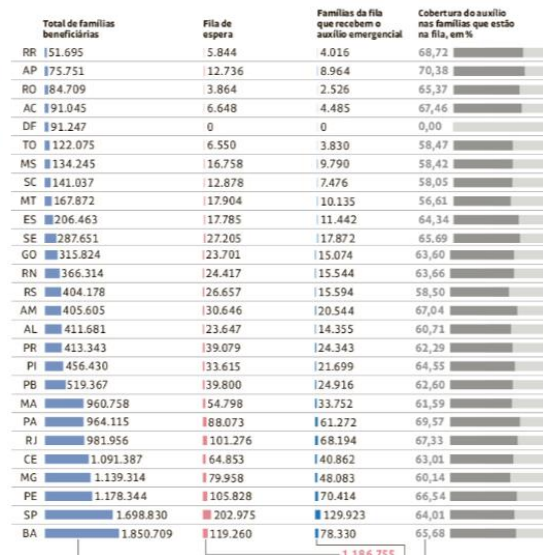
Além disso, a renda mensal da família não pode ultrapassar R\$ 89 por pessoa (situação de extrema pobreza) ou R\$ 178 por membro (situação de pobreza).

Quem passou por esta etapa se torna habilitado ao programa. Mas, por falta de dinheiro, o recebimento da transferência de renda não tem sido mais automático.

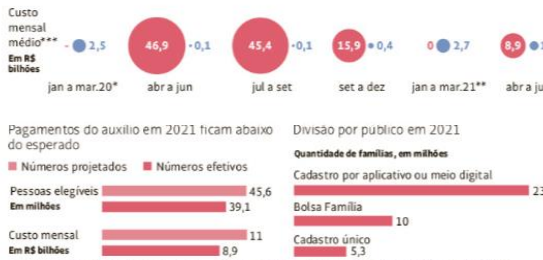
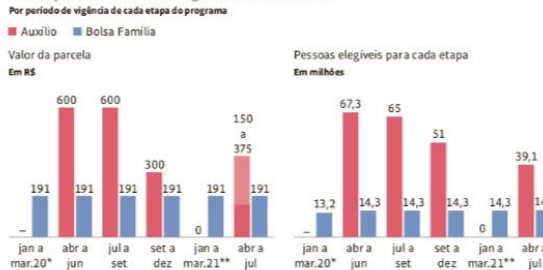
“Essas famílias devem ser atendidas, porque estão empobrecidas. [...] Deixar essas famílias sem atendimento por nenhum dos dois programas [auxílio e Bolsa Família] é um ato de desumanidade”

Leticia Bartholo
especialista em políticas públicas

Cobertura do auxílio emergencial para quem está na fila do Bolsa Família



Diferenças entre o auxílio emergencial e o Bolsa Família



Desde meados de 2019, o governo Bolsonaro registra fila de espera para o Bolsa Família. A lista havia sido zerada na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB).

Na primeira rodada do auxílio emergencial, paga no ano passado, a fatia de famílias que estavam na fila e não receberam assistência do governo foi bem menor. Cerca de 50 mil cadastros aprovados para o Bolsa Família estavam fora do auxílio emergencial em junho de 2020, por exemplo. Desde que o auxílio voltou a ser pago, em abril de 2021, os beneficiários do Bolsa Família, cuja transferência média é de R\$ 191 por mês, recebem do programa mais vantajoso a eles.

Dos 14,6 milhões beneficiários do Bolsa Família, cerca de 10 milhões passaram a ganhar o auxílio emergencial, por ser um valor maior. O auxílio varia de R\$ 150 a R\$ 375, dependendo da formação da família.

O custo mensal do Bolsa Família caiu de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 1,1 bilhão. Mesmo assim, o programa está praticamente travado desde abril.

Integrantes do Ministério da Cidadania disseram que, como o governo planeja reformular o programa e aumentar o benefício médio no segundo semestre, não houve espaço no Orçamento para que a fila fosse zerada.

A promessa de reestruturação do Bolsa Família é do começo do governo Bolsonaro, e agora ganhou um reforço político com o presidente de olho na eleição de 2022.

O auxílio emergencial em 2021 tem como público-alvo quem já está dentro do Bolsa Família e também aquelas pessoas que já receberam o benefício emergencial no ano passado.

Para Bartholo, esse pode ser um dos motivos da falta de assistência às famílias da fila. "É como se tivesse congelado a pobreza no fim do ano passado."

"Essas pessoas já habilitadas para o Bolsa Família deveriam estar automaticamente elegíveis e recebendo o auxílio emergencial", afirmou Lauro Gonzalez, coordenador do FGV/Cemil (Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getúlio Vargas).

Estudo elaborado pela entidade já havia apontado que a exclusão digital prejudicou o acesso das famílias mais pobres ao auxílio emergencial durante a pandemia.

Pelos dados, 20% dos entrevistados das classes D e E que tentaram e não conseguiram o auxílio do governo apontam a falta de celular como uma das razões para não conseguirem o benefício — quando consideradas todas as classes, esse percentual é de 7%.

O Ministério da Cidadania não respondeu se a exclusão digital pode ter sido um dos fatores para que os mais de 400 mil cadastros na fila de espera do Bolsa Família não tenham recebido o auxílio emergencial em 2021.

Pequenas empresas fecham as portas sem acesso a crédito

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO As dificuldades já comuns às empresas menores foram agravadas pelo prolongamento da pandemia. Para alguns setores, nem mesmo a flexibilização das restrições garantiu algum alívio para a geração de caixa.

Para a empresária Alessandra Pedroni, 49, os últimos 15 meses têm sido de sufoco, acúmulo de dívidas, corte de despesas e nenhuma ajuda, seja dos governos, em forma de descontos ou isenções, seja via financiamento bancário.

Dona de dois buffets infantis na capital paulista, ela viu a renda cair a praticamente zero da noite para o dia.

Piscina de bolinha, escoregador, mini-cozinha: os prin-

cipais atrativos do negócio, afirma Alessandra, estão interditados.

"São 15 meses praticamente sem trabalho. Hoje eu consigo cerca de 20% do que eu faturava", diz a empresária.

Para manter um nível mínimo de renda, Alessandra passou a administrar as redes sociais de empresas de amigos e mantém um serviço de entrega de refeições, utilizando a cozinha de um dos buffets para a produção.

Nesse período, os filhos da empresária deixaram a escola particular em que estudavam e o plano de saúde já foi alterado por duas vezes, na tentativa de reduzir a despesa.

"Nosso setor não teve ajuda nenhuma. Teve o Pronampe [linha de crédito voltada a

pequenas empresas] e o governo [de São Paulo] anunciou um programa para o segmento de turismo e eventos, mas não pode ter o nome sujo [para acessar]. Como que eu fico todo esse tempo sem trabalhar e ainda tenho nome limpo?", questiona.

O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foi lançado o ano passado pelo governo e tornado permanente em 2021. Os bancos emprestam o dinheiro, mas os recursos são garantidos pelo FGO (Fundo Garantidor de Operações), que teve aumentada a participação da União.

Segundo dados da Serasa, analisados pelo especialista em recuperação de crédito

Max Mustrangi, os pedidos de falência no setor de serviços chegaram a quase dobrar em março deste ano na comparação com o mesmo período de 2020, início da pandemia no Brasil.

Em abril, a alta observada foi de 5% em relação a igual mês do ano anterior e, em fevereiro, 20,9%, na mesma base de comparação. Somente em janeiro, houve queda de 50% ante o mesmo mês no ano passado.

Mustrangi diz que os números do birô de crédito indicam um aumento na participação de empresas médias no total das falências e pedidos de recuperação judicial. De 18,1% no primeiro quadrimestre de 2020, elas hoje respondem por 25,7% do total.

Para o especialista, o resultado vem da ausência de esforço governamental para proteger os negócios nesse período turbulento. O cálculo de risco dos bancos, em situações de crise, também foi para uma calibragem mais alta, o que acaba favorecendo quem, contraditoriamente, precisa menos do dinheiro.

"Só vem conseguindo crédito quem já estava bem posicionado na análise dos bancos", afirma. Além disso, programas como o Pronampe tiveram alcance limitado devido à duração da pandemia. "Quando chegou a hora de as empresas pagarem, estávamos de novo em situação ruim."

A demanda por crédito, segundo a Serasa, tem oscilado de acordo com as medidas de

fechamento ou abertura impostas por governos estaduais e municipais. De abril a novembro de 2020, houve queda na procura. Subiu a partir de novembro e voltou a cair em janeiro.

A partir de fevereiro, porém, a demanda por dinheiro voltou a crescer. Na comparação com o ano passado, o aumento foi de 12,7%. Em março, foi de 10,9%, e de 39,3% em abril.

Mesmo quem manteve o nível de faturamento do pré-pandemia viu a disponibilidade de crédito encolher. Um executivo de uma empresa de mineração e beneficiamento de minerais não metálicos, que prefere não se identificar, diz que o custo do dinheiro ficou muito alto.

continua na página A13

Compra em rede social eleva concorrência para shoppings

Centros de compra buscam formas para se digitalizar sem perder apelo

Daniel Madureira

BRASÍLIA O prazer de passar no shopping, olhar vitrines, tomar café, ir ao cinema e, é claro, comprar. Em muitos locais, durante 150 dias em 2020 os brasileiros ficaram impedidos de desfrutar dos centros de compras —contando período em que empreendimentos ficaram fechados ou operaram com horário reduzido.

Mesmo com a vacinação a passos lentos, os shoppings não temem que uma eventual terceira onda de Covid-19 cause estragos ainda maiores do que os observados em 2020, quando as 500 milhões de visitas mensais caíram para menos da metade e 12% dos lojistas (13 mil pontos de venda) fecharam as portas. Mas existe um concorrente que se fortaleceu durante a pandemia: a compra online, com destaque para as redes sociais.

Dados da consultoria Ebit-Nielsen apontam que, no ano passado, o comércio eletrônico faturou R\$ 87,4 bilhões, uma alta de 41% sobre 2019. Só no primeiro trimestre de 2021, o faturamento cresceu 38,2% em relação ao mesmo período de 2020, para R\$ 22,6 bilhões. Nesta comparação trimestral, o número de pedidos avançou 19,4%, para 46,3 milhões, enquanto o ticket médio subiu 15,8%, para R\$ 488.

Sites de busca e as redes sociais são o principal caminho para iniciar as compras, diz a consultoria. No ano passado, por exemplo, 29% das compras online de roupas e calçados começaram em redes como Instagram e Facebook. O mesmo aconteceu em 27% dos pedidos de alimentos e 22% de perfumaria.

Por outro lado, entre maio de 2020 e abril de 2021, os shoppings amargaram uma queda de 43,3% nas visitas e de 21,3% nas vendas, segundo a pesquisa IPV — Índices de Performance do Varejo, da FX Data Intelligence. A volta ao shopping foi substituída pelo role no feed do Instagram. "A digitalização do consumidor veio para ficar porque ele vê vantagens neste canal. Os shoppings têm que correr para acompanhar este movimento", diz Fernanda Rodrigues, analista da consultoria Laifs.

Na opinião do consultor em varejo Eugênio Fogainho, da Mixer, o setor de shoppings vive uma situação desafiadora, porque tem boa parte das suas vendas baseadas na compra por impulso. "Pela conveniência e rapidez, o consumidor vem se adaptando a um modo de fazer compras muito mais digital, o que tira a participação do shopping", diz. Com a duração maior que o esperado da pandemia, a mudança de hábito se arraigou. "Não tem mais volta ao normal".

O recuo nas vendas durante a pandemia não foi ainda maior porque os varejistas de shopping têm partido para a venda digital na tentativa de minimizar os prejuízos, diz o consultor Alberto Serrentino,

de EPIS [equipamentos de proteção individual], na contratação da consultoria Hospital Sírio-Libanês para elaborar protocolos de operação a fim de reabrir as instalações, e em todos os equipamentos de controle para ir muito além do que é exigido pelas autoridades", diz Giordano.

A campanha encomendada pela Multiplan — que tem na carteira 19 empreendimentos, como Morumbi Shopping (SP), VillageMall (RJ) e Pátio Savassi (MG) — procurou mostrar aos consumidores que a vida está voltando ao normal, diz Giordano.

"O tempo médio de permanência do público em nossos shoppings diminuiu: era de uma hora antes da pandemia, caiu para meia hora e agora está em 40 minutos", afirma.

A pesquisa Tendência de Mobilidade, do Google Community Report, mostra a variação no número de visitantes em locais de varejo e lazer em relação ao período pré-pandemia. Os consumidores do Nordeste do país foram os que mais seguraram as saídas: o fluxo caiu 63% em abril de 2020, na comparação com o ano anterior. No último mês de abril, essa queda foi suavizada para 38%, sobre o mesmo mês do ano passado.

No Sudeste, onde se concentra a maior parte dos shoppings, o consumidor também está voltando, mas é mais reacio: a queda no fluxo foi de 59% em abril de 2020 e passou a 44% em abril deste ano.

Já pelos dados da pesquisa IPV, houve uma disparidade de 452% no fluxo de visitas aos shoppings em abril, comparado ao mesmo mês do ano passado, o período mais intenso da quarentena. As vendas, porém, cresceram em uma base bem menor, 49,8%.

"As pessoas ainda querem sair, fazer compras e utilizar serviços em um local seguro. No Brasil, os shoppings fazem parte do estilo de vida", diz Renan Manda, analista da XP Investimentos. "Comer em um restaurante é diferente de consumir uma refeição em uma caixa de papel. O público vai continuar querendo a experiência", diz.

"Mas a maior exposição dos consumidores ao streaming e às redes sociais, provocada pela pandemia, deve levar a uma mudança no perfil dos empreendimentos, que vem parte das vendas migrando para o online", afirma Manda.

Empresas se aliam a concorrentes em busca do online

Antes mesmo da pandemia, em 2019, as duas maiores empresas do setor, Multiplan e BR Malls, se tornaram sócias do Delivery Center. A startup é uma integradora de canais de venda online: recebe o registro da compra, realiza a coleta do produto, a roteirização dos pedidos e a entrega ao cliente.

“O tempo médio de permanência do público em nossos shoppings diminuiu: era de uma hora antes da pandemia, caiu para meia hora e agora está em 40 minutos”

Vander Giordano vice-presidente institucional da Multiplan

Paulo, também é sócio do Delivery Center, criado pelo empresário Andreas Blazoudakis, o mesmo que deu origem ao iFood e à Movile. Em outubro, BR Malls, Multiplan e CCP fizeram um novo aporte de R\$ 30 milhões na companhia.

"Criamos um super aplicativo no ano passado, o Multi, em que o cliente pode comprar direto das lojas, com a opção de compra pelo WhatsApp, fazer o pedido aos restaurantes, participar de promoções. As compras podem ser entregues por delivery ou drive-thru, a partir do shopping mais próximo", diz Giordano, da Multiplan. Segundo ele, foram 800 mil downloads até agora.

A BR Malls, que administra 31 shoppings, entre eles shoppings Villa-Lobos (SP), Tijuca (RJ) e Estação (PR), criou o e-shopping, um aplicativo vinculado a um programa de relacionamento, o Mera. "Com ele, o cliente tem benefícios como estacionamento grátis, café e coupons de desconto", diz Jini Nogueira, diretora comercial do BR Malls.

Segundo ela, por meio do Viva, foram realizadas 200 mil transações, entre agosto de 2020 e março de 2021.

"Também criamos uma solução via WhatsApp, o assistente de compras, que oferece opções de acordo com as necessidades do cliente", afirma Jini. "O consumidor recebe um link para compra e a entrega pode ser feita dentro de uma hora".

Ao comparar os primeiros trimestres de 2021 e de 2019, os shoppings da BR Malls estão operando com 70% do seu horário de funcionamento, 82% do tempo de permanência do cliente e 63% do ticket médio, considerando mesmas lojas. Para Jini, o pior da pandemia já passou. "No primeiro trimestre de 2021, somamos 120 novos contratos comerciais, contra 79 contratos do mesmo período de 2020", diz ela.

Nos primeiros três meses do ano, a taxa de vacância da BR Malls ficou em 3,7%. A do Multiplan atingiu 5,4% e, a do Iguatemi, 9,7% — esse último administra 14 shoppings, entre eles o Iguatemi São Paulo e o Pátio Higienópolis (SP), e dois outlets, o Novo Hamburgo (RS) e o Santa Catarina

formações para entender os padrões de comportamento dos clientes e mapear novas soluções", afirmou.

Segundo a Aliance, foi criada um marketplace com uma plataforma integrada ao estoque do lojista, que automatiza o processo de vendas e unifica a loja física com os canais de venda online. A companhia estruturou também um hub logístico, que permite novos formatos de retirada das compras feitas pela internet, via drive-thru e armários inteligentes ("lockers").

"Enquanto os shoppings ficaram fechados, tivemos que procurar adaptar as operações para o mundo virtual, via aplicativos, sites, televendas, delivery e lockers", diz Glauco Humai, presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasec). Segundo ele, algumas alternativas vieram para ficar, como as compras por drive-thru.

"No auge da pandemia, esta opção foi usada por 92% dos shoppings. Agora, no Dia das Mães, esteve presente em 72% dos empreendimentos", afirma. No caso dos lockers, a alternativa foi usada por 40% dos shoppings em 2020 e, neste Dia das Mães, por 23%.

Segundo Humai, há uma percepção de que a loja vem servindo como show room e hub logístico para as vendas online, uma vez que dois terços dos lojistas não têm centro de distribuição.

"As maiores empresas têm transferido suas vendas do presencial para o online. Mas nada substitui o shopping do ponto de vista de lazer e serviços", diz o presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping (Alshop), Nabil Sahyoun.

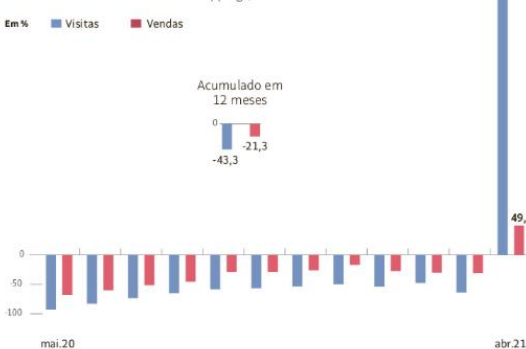
Para ele, os shoppings vêm se reinventando. "Nasceram como centro de compras, mas se tornaram espaços de lazer e entretenimento", diz. Nabil acredita que, a partir do controle da pandemia, 80% do público deve voltar aos shoppings, enquanto um quinto, aproximadamente, continuará no home office.



Corredor no Morumbi Shopping e retrato de Vander Giordano, executivo da Multiplan. Matilde Mazoniero/Folhapress

Vendas nos shoppings caíram 21% nos últimos 12 meses

Fluxo de visitas e de vendas nos shoppings, mês a mês*



sócio da Varese Retail.

"Na internet, o shopping perde a venda por impulso", diz Vander Giordano, vice-presidente institucional da Multiplan. "O setor precisa do avanço na vacinação para o público voltar", diz ele.

Em março, a Multiplan lançou uma campanha, estrelada pela atriz Glória Pires e pelo apresentador Evaristo Costa, convidando os consumidores a voltar aos shoppings, apresentando o ambiente como seguro e controlado.

"Os shoppings gastaram muito dinheiro na compra

A Delivery Center possui pontos (hubs) de entrega instalados em shoppings, enquanto concorre — e, ao mesmo tempo, é parceira — de aplicativos como iFood e Rappi, e de marketplaces, como B2w e Mercado Livre.

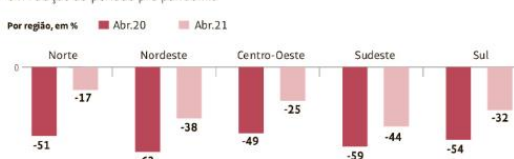
A empresa centraliza e gerencia os pedidos feitos aos lojistas dos shoppings, sejam eles realizados pelos canais próprios de comércio eletrônico ou pelos parceiros.

A Cyrela Commercial Properties (CCP), dona de sete shoppings, entre eles o Tietê Plaza e o Shopping D, em São

na (SC). Procurado, o Iguatemi não quis dar entrevista.

Já a Alliance Sonae, que tem 39 shoppings no seu portfólio, entre eles Shopping West Plaza (SP), Boulevard Shopping Brasília (DF) e Shopping Leblon (RJ), informou, por meio de sua assessoria, que deseja "ampliar sua presença omnichannel [uso simultâneo de vários canais de compras] para "impulsionar as vendas dos seus lojistas". A companhia vem criando uma base única e completa de dados e um sistema exclusivo de cruzamento e análise dessas in-

Variação no número de visitantes em locais de varejo e lazer em relação ao período pré-pandemia



*Comparação em relação ao mesmo mês do ano anterior. Fontes: Lafis Consultoria/PPV - Índices de Performance do Varejo e Google Community Report - Tendência de Mobilidade



Diversificação de canais de venda de lojistas embaralha cobrança de comissão dos centros

BRASÍLIA Uma expressão em inglês começou a ser usada mais vezes pelos varejistas nos últimos anos, para explicar a sua estratégia de marketing: omnichannel.

Significa oferecer ao consumidor a possibilidade de fazer uma compra onde quer que ele esteja: assistindo um programa na TV, passando pelo feed do Instagram, conectando ao aplicativo da empresa, pesquisando em um grande marketplace, lendo mensagens no WhatsApp e até em um quiosque dentro da loja de outro varejista.

Foram criadas diversas possibilidades para que o consumidor compre, indo muito além da velha loja física e mesmo do site da empresa. Mas, no caso dos shoppings, que costumam receber um percentual sobre as vendas dos lojistas, como se cobra uma venda online?

"A base do modelo contratual do shopping com seus lojistas foi construída no mundo analógico, onde era muito fácil atribuir a venda", diz o consultor Alberto Serrentino, fundador da Varese Retail. Existe a opção de pagar um aluguel mínimo ou um aluguel variável, este último cobrado sobre a venda da loja. O lojista paga o valor que for maior.

"Na venda física, basta acompanhar os cupons fiscais que saem da máquina dos varejistas, o que é auditado pelos shoppings", diz Serrentino. "Mas, com diversificação dos canais, é muito difícil atribuir as vendas agora.

E isso não é problema só dos shoppings com seus locatários, mas do varejo como um todo, que precisa identificar a qual canal atribui a venda".

A diferença em relação aos centros de compra é que, dependendo do canal em que o varejista declarar a venda, o ganho das administradoras de shopping pode ser sensivelmente menor.

"Se a mercadoria sai da loja, é uma venda do shopping", diz Glauco Humai, presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). Seguindo ele, existe uma discussão hoje, em âmbito mundial, sobre o percentual da venda online que fica para o shopping. "Ainda não há um consenso", afirma. "No varejo físico, esse percentual sempre variou de acordo com a categoria do produto".

O percentual cobrado hoje sobre a venda online, via WhatsApp ou televendas do lojista varia de shopping para shopping, afirma Humai. "A partir do momento em que a pandemia estiver sob controle, possivelmente em 2022, essa discussão deve voltar à tona", diz ele, lembrando que o tema já é estudado há três anos.

Na opinião de Fernanda Rodrigues, analista de varejo da consultoria Lafis, a pandemia veio transformar as operações. "Os lojistas também precisam incorporar o PIX ao novo cenário de digitalização das compras", diz ela, referindo-se ao meio de pagamento instantâneo que passou a vigorar em novembro. Serrentino ressalta que a

discussão se tornou complexa à medida que o varejo tem implementado rapidamente novos canais de venda. "Às vezes, o cliente vai buscar uma compra online na loja, mas essa compra pode ter sido processada em um marketplace, para o qual o lojista já paga percentual sobre as vendas. Às vezes, o cliente compra na loja com o vendedor a partir de uma prateleira infinita, ou seja, produtos que não estão na loja, e a compra será processada pelo e-commerce do varejista", afirma.

De acordo com o consultor da Varese Retail, em alguns casos, a interpretação do direito sobre a venda se torna subjetiva. "Fica um limbo, com discussões muito complexas e desgastantes", diz.

O desgaste envolvendo administradoras de shopping e lojistas tem sido recorrente desde o início da pandemia, envolvendo em especial a cobrança de aluguel. "Depois de enfrentar meses com os shoppings fechados, hoje são raros os lojistas que conseguem pagar acima do aluguel mínimo", diz o consultor Eugênio Foganholo, da Mixxer.

A partir da pandemia, a cobrança do aluguel mínimo foi discutida caso a caso, muitas vezes com isenção, diz Nabil Sahyoun, presidente da Associação de Lojistas de Shopping (Alshop). "Um acordo com a Abrasce permitiu que houvesse uma negociação com pequenos e médios lojistas para o rateio das despesas de condomínio e a isenção da cobrança do fundo de promoção", afirma.

Na definição do reajuste anual de aluguéis, há um mês e meio, as duas partes decidiram abandonar o reajuste pelo IGP-M (de 23%), definido em contrato, e procuraram encontrar um meio termo entre o índice e o IPCA (indicador oficial de inflação do país, acertado na ocasião em 5,5%), diz Nabil.

"Na maioria das negociações, o reajuste do aluguel está entre 10% e 15%. As lojas âncoras pagam entre 1% e 3% do faturamento do ponto", afirma.

Serrentino lembra que os shoppings não podem fazer concessões lineares diante da atual situação de incerteza. "Não dá para negociar descontos permanentes no aluguel, se você não sabe o que vai acontecer no mês seguinte", afirma.

Segundo Humai, da Abrasce, desde o início da pandemia, os shoppings aturaram em dois grandes blocos: o dos protocolos sanitários e o econômico. "Nos protocolos sanitários, implementamos medidas rígidas de controle, que foram muito além do que determinou o poder público", diz. "No econômico, com desconto no condomínio, isenção de aluguel e taxas, concedemos um subsídio de R\$ 6 bilhões aos lojistas, desde abril até agora", afirma. "Foi algo inédito no Brasil e no mundo". Segundo ele, em um primeiro momento, todos os lojistas foram beneficiados. Depois, a ajuda foi concentrada nos pequenos e médios. Daniele Madureira

14/06/21

Livrarias investem em influenciadores e cursos online para brigar com gigantes

Lojas se especializam em nichos, digitalizam acervos e promovem noite de autógrafos a distância

Renan Marra

SÃO PAULO A pandemia forçou as livrarias de rua a travar um embate contra gigantes que dominam as vendas online. Para sobreviver, as pequenas lojas tiveram de correr para digitalizar acervos e descobrir como humanizar o ambiente virtual.

O mercado editorial registrou redução de 13% no faturamento em 2020 em comparação com o ano anterior, segundo pesquisa, divulgada em maio, feita pela Nielsen em parceria com a Câmara Brasileira do Livro e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

O estudo também aponta que, com o impacto da Covid, a participação das livrarias físicas no faturamento das editoras caiu 32%, enquanto a de lojas virtuais subiu 84%.

Em alguns casos, as adaptações não foram suficientes para salvar o negócio. Esta é a maior crise que a Blooks Livraria enfrenta em dez anos de existência, de acordo com a proprietária, Elisa Ventura.

A rede carioca fechará sua última loja na capital paulista no fim deste mês com o encerramento da operação no shopping Frei Caneca, na região central. Em abril, a Blooks se despediu do espaço que ocupava no cinema Reserva Cultural, na avenida Paulista.

No ano passado, a empresa conseguiu isenção do aluguel do shopping durante alguns meses e abriu uma campanha de financiamento coletivo, que arrecadou R\$ 95 mil.

No período, digitalizou parte do acervo e criou a seção Pérolas Blooks, que inclui títulos raros e edições já esgotadas. Mas o faturamento diminuiu para menos da metade do período pré-pandemia —nos meses mais duros, a receita quase zerou.

A rede procura um novo endereço na região central, porém fora de shopping. Por enquanto, continuará suas atividades no Rio de Janeiro, onde tem três unidades.

A livraria de rua Mandarina também precisou criar uma campanha de doação para tentar driblar a crise. As sócias Daniela Amendola, 33, e Roberta Paixão, 50, não informam o valor arrecadado, mas afirmam que a mobilização foi fundamental para a sobrevivência do negócio inaugurado



Monica Carvalho, dona da Livraria da Tarde, localizada em Pinheiros, na zona oeste da capital paulista. Fotos: Adriano Vizzoni/Folhapress

em agosto de 2019 em Pinheiros, zona oeste de São Paulo.

A Mandarina investiu em um site e organizou cursos online pagos. Os temas incluíram literatura russa, filosofia, geopolítica no Oriente Médio, mitologia grega e astrologia.

"Chegamos a ter mais de 20 alunos por aula. Fechamos o ciclo, mas devemos retomar os cursos", diz Daniela.

Uma das iniciativas para atrair consumidores é a venda de livros autografados de forma personalizada e sem custo extra. A livraria leva as obras até o autor e arca com as despesas do transporte. A estratégia foi adotada para substituir as noites de autógrafos, quando eram comercializados em média 40 livros.

A Livraria da Tarde, também localizada em Pinheiros, buscou influenciadores digitais do mercado de livros para lutar contra a concorrên-

cia. Eles têm liberdade para fazer a curadoria do conteúdo que será apresentado e ficam com 5% das vendas das obras que indicam. Alguns também ganham espaço no site da livraria, transformado em e-commerce.

"O investimento no site não chegou a R\$ 10 mil. Mas tive de contratar um profissional que faz a integração da loja física com a virtual", afirma Monica Carvalho, 48, fundadora.

A livraria tem parcerias com clubes de leituras e promove gratuitamente encontros online mensais para discutir obras. Na lista dos dez livros mais vendidos, metade está relacionada aos títulos debatidos nos clubes, diz Monica.

Inaugurada pouco antes da pandemia, a livraria tem registrado faturamento 20% aquém do projetado.

Segundo Bernardo Gurbano, 68, presidente da ANL

(Associação Nacional de Livrarias), pequenas empresas aumentam a chance de sobrevivência se trabalharem focadas em nichos e oferecerem serviços complementares.

Argentino, Bernardo é dono da Livraria Letraviva, em São Paulo, que tem estoque de aproximadamente 15 mil obras, a maioria em espanhol, e firmou uma parceria com uma escola de idiomas.

Ele considera que há mercado para ser explorado no setor. A ANL estima que existam 2.300 livrarias no país, considerando estabelecimentos com mais de 50% do faturamento das vendas com livros.

"Temos de multiplicar esse número por cinco ou seis para alcançar a orientação da Unesco de uma livraria para cada 20 mil habitantes", diz ele, que aponta uma recuperação do setor nos últimos meses.

Pesquisa da ANL, divulgada no começo do mês mostra que o faturamento do varejo do livro no acumulado deste ano até abril é 22% superior ao mesmo período de 2020.

Enquanto alguns fechavam as portas na pandemia, três amigos decidiram começar um novo negócio com a inauguração da Alecrim, no Rio de Janeiro. A livraria prioriza produções latino-americanas.

A Alecrim tornou as redes sociais sua principal vitrine. Na página do Instagram, tem mais de 8.000 seguidores. Além de conteúdos educativos, produz vídeos divertidos para engajar o público jovem.

Já a Gato sem Rabo, inaugurada no fim de maio na Vila Buarque, região central de São Paulo, trabalha apenas com obras escritas por mulheres. A livraria conta com acervo de 4.200 exemplares.

"Temos o objetivo de trazer visibilidade para histórias contadas por mulheres, que durante muito tempo ficaram invisíveis", diz a sócia Johanna Stein, 30.

O modelo de consignação em editoras também respalda a abertura de novos negócios. Nele, o fornecedor deixa os livros sem custo para serem comercializados, com acerto de contas após as vendas.

Dessa forma, a empresária Sheriheen Guezzeu, 24, não precisou de muitos recursos para comprar uma banca e transformá-la em livraria, com cerca de 200 obras de editoras independentes.

O investimento na banca Trago Notícias, na Vila Cordeiro, zona sul de São Paulo, foi de R\$ 8.000 em setembro, mesmo valor do faturamento dos últimos dois meses.

Como as bancas foram categorizadas como serviços essenciais, o negócio não teve de fechar na pandemia. Além de livros e jornais, a Trago Notícias vende itens de tabacaria.



Sheriheen Guezzeu em sua banca, a Trago Notícias, em SP

Marcas apostam em embalagens que se decompõem rápido

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO O conceito de embalagem sustentável já não é mais o mesmo. Se substituir plástico por papel era suficiente tempos atrás, hoje o mercado busca materiais que se decomponham muito mais rápido — as chamadas embalagens compostáveis.

É o caso dos copinhos e tigelas à base de fécula de mandioca fabricados pela Oka Bio-embalagens. Em contato com água ou terra, eles começam imediatamente a se decompor, processo que se encerra em até 30 dias. Segundo a empresa, o material é comestível.

Fundada pela designer Erika Cezarini Cardoso, 50, a companhia tinha os eventos como principal mercado, mas mudou o foco em função da pandemia. Hoje, a fábrica, localizada em Botucatu (a 235 km de São Paulo), produz cerca de 500 mil embalagens por mês, principalmente para serviços de delivery.

"Não usamos nenhuma matéria-prima de origem petro-

química, até os corantes são naturais", diz a designer Olivia Yassudo, 41, sócia.

Os preços, comparados às embalagens convencionais de plástico ou de isopor, podem ser até 80% mais caros, dependendo do produto.

Entre os compradores está a sorveteria Albero dei Gelati, com duas unidades em São Paulo — em Pinheiros e no Jardim Paulistano. Por mês, as lojas consomem 400 copinhos compostáveis.

"Meu cliente valoriza a embalagem sustentável e até se diverte. Tem gente que come o copinho e pede para a gente criar uma opção com sabor", conta Fernanda Pamplona, 37, sócia da sorveteria.

A diferença de preço, segundo ela, compensa — o investimento é 15% maior. A única desvantagem, ela afirma, é a baixa resistência do copinho. "Se a pessoa demorar para tomar o sorvete, o copo começa a derreter na mão dela."

Outro material que tem degradação rápida é o filme celulósico compostável da Celomax, que substitui celofane e alguns plásticos. Produzido a partir de celulose de eucalipto de reflorestamento, o produto, em contato com a terra, se decompõe em 60 dias.



Saquinhos de pipoca feitos de material compostável vendidos pela Celomax. Divulgação

Fundador da empresa, localizada em Araras (SP), Nelson Assumpção Filho, 69, im-

porta os rolos de filme celulósico da japonesa Futamura e os transforma em diferentes produtos. Há folhas menores para embalar balas caseiras e maiores para envolver buquês de flores, além de saquinhos para pipoca ou para coletar fezes de animais de estimação.

Todos podem ser adquiridos no e-commerce da Celomax. Recém-lançados, os saquinhos para talheres e máscaras foram criados em função da nova demanda dos restaurantes. O pacote com 500 unidades custa R\$ 107. Segundo Hugo Ventur-

li, gestor de negócios do Sebrae-SP, materiais do gênero são uma tendência cada vez mais forte. Na opinião dele, consumidores que valorizam esse tipo de embalagem, em geral, têm poder aquisitivo alto, privilegiam alimentação saudável e praticam atividades ao ar livre.

O que não impede que outro segmento possa abraçar a tendência. "A evolução é gradual, tanto que já vemos lanções para as classes C e D trocando o plástico e o isopor pelo papel. É uma questão de tempo", diz.

O importante é investir na comunicação, aliando conteúdo relevante nas redes sociais ao atendimento nos pontos físicos, para que o consumidor entenda por que está pagando mais pela embalagem e que vantagens ela oferece.

"Adotar uma embalagem sustentável contribui bastante para a imagem da marca, mas esse gesto sozinho não resolve nada. É fundamental que ele seja coerente com as demais práticas da empresa."

Congresso. Projeto que tramita em regime de urgência na Câmara faz com que partidos 'driblem' cláusula de barreira, mas engessa alianças para 2022 e abre caminho para fusões

Federações viram boia de salvação para 'nânicos'



Votação. Arthur Lira, presidente da Câmara, durante sessão; Casa aprovou, na quarta-feira, urgência na tramitação do projeto

O projeto de lei que cria o modelo de federações partidárias e tramita em regime de urgência na Câmara pode forçar a ação conjunta de partidos de oposição e abrir caminho para fusões partidárias. Segundo dirigentes e especialistas ouvidos pelo Estadão, a mudança, que é vista como uma tábua de salvação para as legendas pequenas, conta com o apoio “solidário” das siglas de esquerda, mas sofre resistência entre as médias e do Centrão.

Se for aprovado em plenário, o novo modelo também vai engessar as articulações em torno das eleições de 2022, já que os blocos que se formarem terão que apoiar o mesmo candidato presidencial e a governador em todos os Estados. O tema entrou em debate após o “endurecimento” da cláusula de desempenho ou de “barreira” – ela funciona com uma espécie de “filtro”.

A cláusula entrou em vigor antes do fim das coligações partidárias proporcionais (ou seja, nas eleições parlamentares), que começaram a valer em 2020. Ela estipula um patamar mínimo de votos para que uma legenda tenha acesso ao Fundo Partidário, tempo de rádio e TV no horário eleitoral e espaços de liderança no Congresso – cresce progressivamente a cada eleição.

Nas eleições 2018, esse número foi de 1,5% dos votos válidos para deputado federal, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados. Em 2022, esse piso pulará para 2% (o que equivale a eleger 11 deputados). O piso aumenta de forma progressiva até chegar a 3% na eleição de 2030.

O tema é complexo, mas, em resumo, o objetivo do fim das coligações combinado com a cláusula é justamente reduzir o número de partidos no Brasil. Hoje existem 35 registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo que 28 elegeram representantes há quatro anos.

Na quarta-feira passada, por 429 votos a favor e 18 contra, os parlamentares no plenário concordaram em dar prioridade ao texto do Senado, de autoria de Renan Calheiros (MDB-AL), que permite a dois ou mais partidos se reunir em uma federação para que ela atue como se fosse uma única sigla nas eleições.

Se for aprovado, o projeto prevê que depois da eleição esse “casamento” tem de durar pelo menos uma legislatura de quatro anos. Ou seja: os federados serão obrigados a atuar como uma bancada no Congresso, embora possam manter seus símbolos e programas.

Antes da aprovação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do presidente Jair Bolsonaro, havia recebido um pedido de deputados do PCdoB para pôr em pauta em regime de urgência o projeto de lei. Apesar da ideia sofrer resistência dentro do seu próprio partido e em outros do Centrão, Lira contemplou a demanda.

Judicialização. Conversas sobre a formação de federações já ocorrem nos bastidores envolvendo o PCdoB e o PSB e a Rede e o PV. “A vantagem é produzir convergência para uma fusão no futuro. E como se fosse um teste probatório de um convívio comum de correntes políticas. A fusão seria natural”, disse o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

● **‘Legendas de aluguel’**
“A legislação foi muito frouxa com a criação de partidos. Essa medida foi para acabar com as legendas de aluguel, mas prejudica também os partidos históricos ou com valores arraigados.”

Rodrigo Prando
CIENTISTA POLÍTICO E
PROFESSOR DO MACKENZIE

A cientista política Lara Mesquita, pesquisadora do Centro de Economia e Política do Setor Público da FGV, avalia que a federação pode beneficiar a direita, mas a esquerda já tem uma tradição de formar blocos e atuar junto. Ela ressalta que a federação é nacional e, portanto, as alianças terão que valer também nas eleições presidenciais. “Esses partidos competem juntos nos 26 Estados e Distrito Federal, em todas as Assembleias, Câmara e Senado. Por isso precisa ter organicidade e uma unidade interna para emplacar uma federação.”

Para Lara, os partidos têm que estar muito “azeitados”. “É como se fosse uma fusão temporária, com um custo muito mais baixo de se dissolver no círculo eleitoral posterior.” A pesquisadora pondera que o projeto ainda não deixou claro como funcionará nas eleições municipais.

Esse é o mesmo questionamento do cientista político Victor Marchetti, professor da Universidade Federal do ABC. “Em tese, teria que valer para as eleições municipais, mas esse imbróglio deve ser judicializado e cair no TSE”, afirmou.

No caso do PCdoB, a aprovação do projeto é questão de sobrevivência e a permanência no partido do seu principal quadro, o governador do Maranhão, Flávio Dino, que planeja disputar o Senado em 2022. Mas o mesmo vale para outras siglas de oposição a Bolsonaro que atuam na sociedade civil, mas têm poucos deputados: a Rede de Marina Silva, o PSOL de Guilherme Boulos, o Cidadania de Roberto Freire, o Novo de João Amoêdo e o PV de Eduardo Jorge.

Apesar do placar elástico a favor do regime de urgência para a tramitação da proposta, ainda há muita resistência na Câmara. “Não vejo um clima favorável. A federação é benéfica para os pequenos partidos, mas não é tão boa para os médios. E há uma predominância de partidos médios na Câmara. Não vejo muita chance de prosperar”, disse o deputado Paulo Abi Ackel (MG), vice-líder do PSDB na Casa.

O tucano votou favoravelmente ao regime de urgência, mas vê com reservas a ideia. “Não dá para trabalhar a federação de partidos logo depois de acabar com as coligações. Me parece contraditório votar o fim das coligações há dois anos e depois permitir algo que só serve para a manutenção desse quadro partidário”, afirmou.

O cientista político Rodrigo Prando, professor de sociologia do Mackenzie, compara a cláusula de barreira somada ao fim das coligações a uma “medicação” do sistema. “A legislação foi muito frouxa com a criação de partidos. Essa medida foi para acabar com as legendas de aluguel, mas prejudica também os partidos históricos ou com valores arraigados”, afirmou.

Siglas de esquerda podem iniciar processo de fusões

Caso projeto passe no plenário, PSB e PCdoB sinalizam aliança em modelo de federação para disputa em 2022

O projeto das federações partidárias conta com o apoio do PT e do PSB como forma de “solidariedade” e sinalização política para as eleições de 2022, mas é visto também no campo da esquerda como o início de um processo mais amplo de fusões partidárias. “Nossa proposta é de um sistema

político com um número reduzido de partidos e uma cláusula de desempenho mais alta, de 5%. Não acho a federação o melhor formato, mas ela pode ser um embrião de partidos maiores e mais programáticos”, disse o presidente do PSB, Carlos Siqueira.

Uma das fusões (ou formação de federação) caso o projeto seja aprovado discutida é justamente entre o PSB e o PCdoB. “A união com a Rede é uma possibilidade”, disse o presidente do PV, José Luiz Penina.

Para angariar apoio entre partidos fora do campo da esquer-

da, os deputados do PCdoB adotaram o discurso que o novo modelo pode beneficiar todos no espectro ideológico.

“O (presidente Jair) Bolsonaro pode fazer uma federação do Patriota com o PTB do Roberto Jefferson, por exemplo. Esse é um mecanismo que não é de direita nem de esquerda”, afirmou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Os deputados bolsonaristas, porém, não simpatizam com a ideia. “O tema do sistema eleitoral é fisiológico e não ideológico. Fortalece os pequenos partidos de esquerda, que são os mais radicais. Querem acesso ao financiamento público, é o grande motivador”, disse o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP).

Já o presidente do PSD, Gilberto Kassab, sinaliza que pode apoiar o projeto. “Se ele for engessado, é uma oportunidade para que as pequenas legendas sérias continuem num casamento consolidado de quatro anos”, afirma. / P.V. e C.T.



PARA VOCÊ

Siga Política na nova área de personalização de conteúdo do app. Use o QR Code para baixar.

STF mantém quebras de sigilo da CPI da Covid

Ministros rejeitam recursos de Pazuello, Araújo e Mayra contra medida da comissão

**Pepita Ortega
Fausto Macedo**

Os ministros Ricardo Lewandowski e Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negaram, anteontem, pedidos para suspender as quebras de sigilos telefônico e telemático aprovadas pela CPI da Covid contra o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, o ex-chefe do Itamaraty Ernesto Araújo e a secretária de Gestão do Trabalho e

da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro, conhecida como “capitã cloroquina”. Os magistrados entenderam que as medidas foram determinadas “nos limites dos poderes constitucionais e regimentais” e “no exercício dos poderes instrutórios” do colegiado.

Nas decisões sobre Pazuello e Mayra, Lewandowski fez ressaltar “quanto ao trato dos documentos confidenciais” e também com relação “à proteção de elementos de natureza eminen-



Pandemia. Alvo da CPI, Pazuello ficou à frente do Ministério da Saúde durante dez meses

temente privada, estranhos ao objeto da investigação” que deverão permanecer cobertos por “rigoroso sigilo”.

O ministro, no entanto, registrou que os motivos que levaram às quebras de sigilo do ex-ministro e da servidora coincidiam com o objeto da CPI – no caso de Pazuello, pelo fato de o general ter ocupado a chefia da pasta durante 10 meses; e no caso de Mayra, pela “suposta inobservância dos deveres éticos e profissionais, seja no exercício da medi-

na, seja como secretária de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, inclusive com menção expressa à notória crise sanitária ocorrida em Manaus”.

Na mesma linha, o ministro Alexandre de Moraes entendeu que a quebra do sigilo do ex-ministro das Relações Exteriores se deu de “forma proporcional e razoável”, ressaltando que “direitos e garantias individuais não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas,

tampouco como argumento para afastamento ou diminuição da responsabilidade política, civil ou penal por atos criminosos”.

Outros dois alvos das quebras de sigilo decretadas pela CPI da Covid também aciona-

NA WEB

Monitor. Veja o que já aconteceu e o que vai acontecer na CPI estadao.com.br/monitorcpi

ram o Supremo para tentar derubar a medida – o secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, Hélio Angotti Neto, médico seguidor do escritor Olavo de Carvalho, e o ex-assessor especial do Ministério da Saúde Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo. Os pedidos foram distribuídos aos gabinetes dos ministros Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli, respectivamente.

Em meio a quebras de sigilo de aliados do presidente, a CPI vai convocar juristas para levantar possíveis crimes que Jair Bolsonaro cometeu na pandemia. O requerimento, como mostrou o *Estadão*, foi aprovado na quinta-feira passada.

Depoimentos. Nesta semana, a CPI tem ao menos três depoimentos previstos. Amanhã, será ouvido o secretário de Saúde do Amazonas, Marcellus Campêlo. Ele vai ser questionado sobre a crise de oxigênio em Manaus e denúncias de irregularidades no uso de verba federal. Na quarta, o governador cassado do Rio, Wilson Witzel, é esperado para falar sobre denúncias que o tiraram do cargo – ele sofreu impeachment. E, na quinta, a comissão ouve o empresário Carlos Witzard, que foi convocado por integrar o suposto “gabinete paralelo” que auxiliava Bolsonaro durante a pandemia.

Guerra fiscal. Acordo entre os sete países mais ricos do mundo em torno da tributação de multinacionais – incluindo as 'big techs' – vai ampliar arrecadação ao redor do mundo; ideia é evitar, por exemplo, perdas de nações com migração de empresas para paraísos fiscais

Imposto para múltis pode trazer R\$ 5,6 bi ao Brasil

Adriana Fernandes | BRASILIA

Depois de anos de impasse, o acordo histórico do G-7 (grupo das sete maiores economias) para tributar as empresas multinacionais com alíquota mínima de 15% pode forçar uma mudança no cenário da guerra fiscal entre os países e garantir ao Brasil um ganho de arrecadação de € 900 milhões (R\$ 5,58 bilhões) ao ano. O cálculo foi divulgado em simulações feitas por pesquisadores do Observatório da Tributação da União Europeia, um laboratório de investigação independente na área tributária com sede na Escola de Economia de Paris.

O estudo considera vários cenários para a implementação do imposto global. Pelas simulações, os Estados Unidos teriam uma arrecadação extra de € 40,7 bilhões e a União Europeia mais € 48,3 bilhões. Se a alíquota subisse de 15% para 25%, a receita para a União Europeia seria de € 108 bilhões e os americanos ficariam com € 166 bilhões. Já o ganho para o Brasil subiria para € 7,4 bilhões (quase R\$ 56 bilhões).

O governo brasileiro não fez ainda uma manifestação oficial sobre o acordo, referendado ontem pelos líderes dos países do G-7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Uni-

do). A posição oficial do Brasil deverá ser conhecida na próxima reunião do grupo de países do G-20 (reúne as 20 maiores economias do mundo), quando o acordo será discutido.

Na última semana, representantes da Receita Federal participaram de reunião técnica na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), que trabalha em conjunto com o G-20 para buscar solução para o que é conhecido como "erosão da base tributável" dos países com a migração do lucro das empresas para paraísos fiscais e também para a tributação da chamada economia digital.

A erosão ocorre porque as grandes multinacionais migram o "lucro" para países fiscais de baixa tributação. Essa operação é apenas contábil. O movimento das empresas é feito no papel, sem aumento da capacidade produtiva, levando artificialmente os lucros para serem tributados

● Ganho R\$ 56 bi

seria o ganho anual brasileiro caso a alíquota de tributação sobre multinacionais subisse de 15% para 25%; países do G-7 costumam formato que deve impedir que grandes empresas fujam para paraísos fiscais.

com uma alíquota muito baixa. Na prática, as multinacionais montam uma subsidiária no paraíso fiscal e fazem uma série de operações contábeis para apurar todo o lucro fiscal por lá.

Durante o governo de Donald Trump, os EUA estavam na contramão do debate. Mas, com a entrada de Joe Biden, os americanos passaram a adotar uma posição conciliatória para buscar a implementação do acordo.

O acordo tem dois pilares. O primeiro, de maior interesse dos EUA, é fixar alíquota mínima para a tributação global das multinacionais de pelo menos 15%. O segundo, de interesse dos europeus, trata da chamada economia digital e da forma de tributação dos serviços intangíveis de grandes empresas de tecnologia (Google, Amazon, Facebook e Apple), incluindo, por exemplo, algoritmos do tratamento de dados personalizados e outros serviços digitais.

"Essas características fazem com que seja mais fácil mover os lucros de um lugar para o outro e no limite não pagar imposto em nenhum", explica o economista do Ipea, Rodrigo Orair.

Os EUA, onde estão as "big techs", aceitou tributar parte do lucro dessas empresas no destino (onde o serviço é consumido), e não apenas na origem. Essa era uma demanda dos países europeus e alguns deles já

TAXAÇÃO ÀS MULTINACIONAIS

● Impacto por país de um imposto global mínimo de 15% aplicado às grandes companhias

PAÍS/REGIÃO	RECEITAS (EM BILHÕES DE EUROS)
União Europeia	48,3
Estados Unidos	40,7
Canadá	16
Bélgica	10,5
Irlanda	7,2
Japão	6
Alemanha	5,7
China	4,5
França	4,3
Luxemburgo	4,1
Polónia	3,7
Áustria	3
Itália	2,7
Austrália	2,3
Finlândia	1,7
Suécia	1,5
Países Baixos	0,9
Brasil	0,9
Dinamarca	0,7
Espanha	0,7
Hungria	0,6
África do Sul	0,6
Índia	0,5
México	0,5
Chipe	0,3
Chile	0,2

FONTE: OBSERVATÓRIO DA TRIBUTAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA. INFOGRAFIA/ESTADÃO

estão cobrando um imposto temporário até que o acordo do G20 seja fechado – a Índia é um dos países que resistem à ideia.

Pacificação. Para Orair, o acordo traz esperança de interrupção de uma espécie de guerra entre os países. Uma situação internacional que é muito parecida com a disputa que ocorre entre os municípios com o ISS (tributo cobrado pelas prefeituras)

para atrair grandes empresas. "Alíquotas mais baixas não vão significar o fim de guerra fiscal, já que podem ser adotados mecanismos de dedução maior

base de cálculo do tributo diminuindo o imposto a pagar", diz Orair. Isso é que foi feito pelos municípios. Ele avalia que o acordo, porém, foi um sinal de que os EUA se entenderam com os quatro países da União Europeia den-

tro do G-7 e que a proposta será encaminhada com mais força para acordo dentro do G-20. "A liderança do G-7 reduz o peso de forças contrárias", diz Manoel Pires, coordenador do Observatório Fiscal da FGV. Segundo ele, antes do acordo havia pressão para os países tentarem soluções locais, mas sempre houve recuo de retaliações. Pires acredita que a mudança sugere que mais avanços são possíveis. Ele explicou que o imposto global mínimo de 15% se aplica às empresas multinacionais. Por exemplo, caso adote o imposto, o Brasil poderá tributar suas multinacionais.

As alíquotas domésticas continuarão sendo definidas localmente. "No caso de multinacionais, se a empresa for tributada por uma alíquota inferior no país onde o lucro foi apurado (como um paraíso fiscal), o país de origem poderá cobrar a diferença para alcançar a alíquota mínima", diz Pires. Ou seja, se uma multinacional brasileira é tributada em 2% em um paraíso fiscal, o País poderá cobrar a diferença até alcançar os 15%.

Segundo ele, como o Brasil a alíquota do Imposto de Renda das empresas é alta (24%), é provável que as multinacionais continuem com o incentivo para fazer esse tipo de operação.

Já no caso dos serviços digitais de grandes empresas de tecnologia, Orair afirma que é preciso ter cuidado com a análise do impacto, porque o Brasil tributa as importações de serviços e remessas. Isso fez com que grande parte dessas empresas abrissem filiais no Brasil. Para ter impacto maior, avalia ele, será necessário fechar outras brechas para a erosão. O Brasil, se quiser adotar o imposto global, terá de alterar a legislação do IR local. O avanço no acordo internacional ocorre no momento que o Congresso tenta aprovar uma fatia da reforma tributária.

Uma renda fixa turbinada para a sua carteira

Em semana de reunião do Copom, especialistas destacam o bom momento dos títulos de crédito privado

Rebeca Soares

Os investimentos em renda fixa costumam ser mais seguros para os investidores de perfil conservador. Embora as crises decorrentes da pandemia do coronavírus tenham influenciado esses ativos com o cenário de incerteza no País, a retomada econômica pode ser um bom momento para olhar as possibilidades da renda fixa.

Essa retomada foi potencializada pelo Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, que superou as projeções, alcançando 1,2% de crescimento, além de uma série de recordes do Ibovespa. Ao mesmo tempo, houve o aumento da taxa Selic para 3,5% ao ano, pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que nesta semana anuncia a manutenção ou a revisão desse juro básico.

“Os títulos indexados à inflação ou prefixados, seja de emissão pública ou privada, estão com expectativas altas para os próximos meses”, avalia o economista e sócio da BRA, João Beck. Segundo ele, a mudança da narrativa da economia do País deixou a situação da dívida pública mais confortável.

Entretanto, o investidor deve ficar atento aos gastos do governo para os próximos meses e para 2022. Por ser ano eleitoral, os gastos públicos costumam crescer, independentemente do la-

TAXAS DE RETORNO

● Renda fixa e Ibovespa
DADOS ATÉ 9 DE JUNHO, EM PORCENTAGEM

INDICADOR	EM UM ANO	EM SEIS MESES	EM UM MÊS
CDI	2,18	1,06	0,29
IDA DI	7,79	2,94	0,50
IDA Geral	10,05	3,73	0,85
IDA IPCA	13,55	4,86	1,80
Ibovespa	34,28	14,96	6,45

FONTE: ECONOMISTAS

#FUNDOSDECRÉDITO

do político vencedor. Ele acrescenta que é necessário olhar, ainda, para a crise hídrica por causa de seus reflexos na inflação (a conta de luz tende a ficar mais cara).

Com o objetivo de contornar o rendimento baixo entre os títulos públicos, os produtos de crédito privado tomaram espaço durante a pandemia.

Para Rodrigo Mendonça, analista de renda fixa da Valora Investimentos, foi visível uma migração da renda fixa para a Bolsa durante a crise de 2020. “Agora, com a retomada econômica, os fundos de crédito privado têm ganhado atração maior e vislumbram ganhos reais para 2022”, comenta.

O que pode parecer uma sopa de letrinhas é, na verdade, a possibilidade de emprestar dinheiro a uma instituição para financiar dívidas ou projetos de terceiros e receber o valor de volta com os juros correspondentes. Certificado de Recebíveis do

Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), debêntures, letras financeiras e nota comercial são títulos privados de renda fixa.

Para quem busca investir em títulos de crédito privado, além do cenário macroeconômico, Beck alerta que o investidor deve conhecer o negócio. “O endividamento de empresas do setor de commodities, seja agrícola ou metálica, não foi tão influenciado com a pandemia como outros setores. Por outro lado, construtoras, shoppings e as empresas de educação ainda não recuperaram a saúde financeira, embora o cenário já esteja bem mais confortável.”

Crédito estruturado. Uma opção, considerada como “renda fixa sofisticada”, são os fundos de crédito estruturados. Eles possuem taxas mais altas mas prometem retornos maiores por investir em empresas com média ou alta inadimplência. A

1% a 3% ANUAL É O PRÊMIO SOBRE O CRÉDITO ESTRUTURADO



Juros. Copom, do Banco Central, avalia esta semana se mantém ou não a Selic em 3,5%

rentabilidade pode chegar a 150% e 150% do CDI. Para o investidor pessoa física, a forma mais fácil de acesso é por meio de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

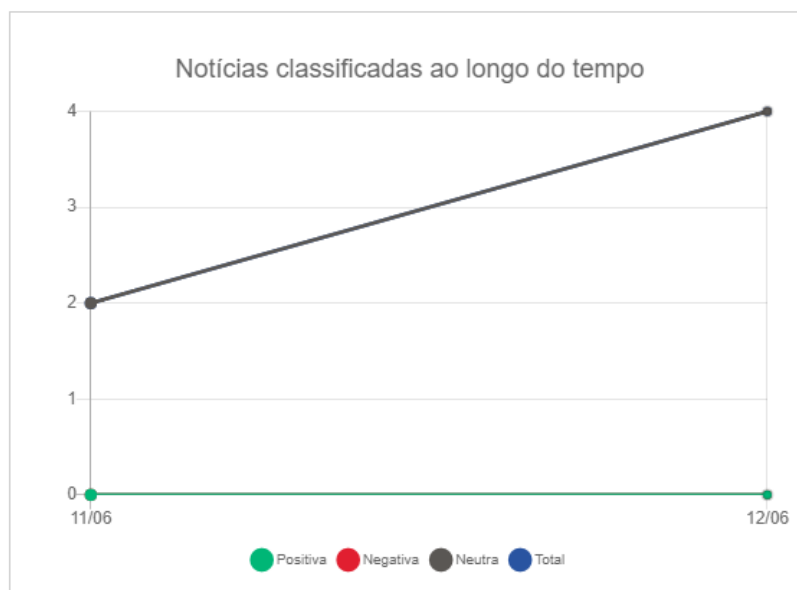
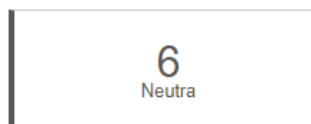
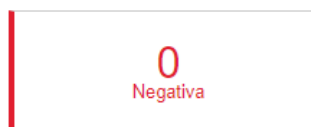
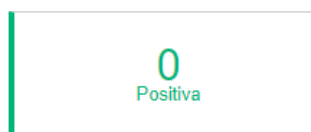
Enquanto os FIDCs rendem a partir do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o retorno das debêntures (investimento em dívidas privadas) é medido pelo Índice de Debêntures Anbima (IDA), que pode ser

relacionado com o IPCA.

Para Jean Pierre Cote Gil, sócio e diretor do Julius Baer Family Office, o prêmio do crédito estruturado sobre o corporativo não está atrelado a um risco de crédito superior, mas a outros fatores como complexidade analítica. “O crédito estruturado geralmente oferece de 1% a 3% ao ano de prêmio sobre o crédito corporativo a depender da estrutura e do emissor.”

Simone Albertoni, analista de produtos de renda fixa da Agora, resalta a importância do investidor analisar o risco que ele quer assumir e não pensar somente no lucro. “O retorno pode ser melhor nos títulos estruturados ajudados na diversificação da carteira, mas é aconselhável fazer uma boa avaliação e ter o acompanhamento de um especialista”, comenta.

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTP://WWW.TRIBUNADONORTE.COM.BR/	1
HTTPS://AGORARN.COM.BR/	1
HTTPS://GUSTAVONEGREIROS.COM.BR/	1
HTTPS://ISTOE.COM.BR/	1
HTTPS://ROBSONPIRESXERIFE.COM/	1

